



Departamento de Psicologia

## Processo de Participação Pública na Revitalização da Estufa-fria de Lisboa

Margarida Tavares Peralta Couto dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:  
Professora Doutora Paula Castro, Professora Associada,  
ISCTE-IUL

Novembro, 2010



## **Resumo**

Actualmente começa a existir um largo consenso relativamente à importância da participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão política. Prova disso, são algumas iniciativas locais de promoção da iniciativa cidadã como os orçamentos participativos, iniciativas essas que caminham no mesmo sentido do debate existente a nível internacional desde a Cimeira do Rio, em 1992. Na Cimeira do Rio veio a estabelecer-se os princípios da participação pública no seu documento emblemático - Agenda 21. Neste trabalho focalizamos a participação pública dos cidadãos no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa.

Com base num modelo teórico psicossocial da participação em movimentos sociais, operacionalizámos o grau de envolvimento dos cidadãos como participação numa forma de acção colectiva, com o objectivo de melhorar o futuro usufruto da Estufa-fria de Lisboa. Foram inquiridos através de questionário 220 cidadãos, que se encontravam à data relacionados com o espaço em causa, fosse porque residiam na área, fosse porque estudavam ou trabalhavam perto, ou ainda porque tivessem particular conhecimento do mesmo, de forma a avaliar a dinâmica de envolvimento destes neste processo e ainda identificar os factores que promovem esse envolvimento. O modelo teórico utilizado revelou ser um modelo adequado à explicação da dinâmica de envolvimento dos cidadãos, apesar de nem todos os factores contemplados pelo modelo terem tido peso significativo no mesmo. Paralelamente, os factores exteriores ao modelo que foram adicionados revelaram ser totalmente inócuos na capacidade explicativa do modelo. Finalmente, discutimos o impacto dos resultados encontrados para o maior envolvimento dos cidadãos em acções colectivas futuras, particularmente o papel dos decisores políticos na sua dinamização.

**Palavras-chave:** Participação pública, acção colectiva, movimentos sociais, decisores políticos

## **Abstract**

Today there's a rising consensus on the importance of citizen participation in the processes of political decision-making. Proof of this are some local initiatives to promote citizen initiative such as participatory budgeting, these initiatives go in the same sense of the international debate since the Rio Summit in 1992. At this summit it was set up the principles of the

public participation in an emblematic document - Agenda 21. In this work we focus on the public participation of citizens in the process of revitalization of the Estufa-fria de Lisboa. Based on a theoretical model of psychosocial involvement in social movements, explaining the degree of citizen participation as a form of collective action in order to improve the future use of the Estufa-fria de Lisboa. There were surveyed by questionnaire 220 citizens, who were related to it, because they live nearby, or because they studied or worked around, or even because they had particular knowledge of it, in order to assess the dynamics of involvement in this process and identify the factors that promote such involvement. The theoretical model proved to be an adequate model to explain the dynamics of citizen involvement, although not all factors captured by the model have been given significant weight in it. In parallel, the external factors added to the model proved to be totally innocuous in the explanatory power of the model. Finally, we discuss the impact of the results for the greater involvement of citizen's future collective action, particularly the role of policy makers in their promotion.

**Key-words:** Public participation, collective action, social movements, policy makers

*Ao meu irmão Duarte e à minha irmã Francisca,  
na esperança de que mantenham a vontade de agir.*

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação de mestrado foi possível graças à disponibilidade, colaboração e apoio de algumas pessoas e entidades às quais gostaria de expressar o meu profundo agradecimento.

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Paula Castro, orientadora desta tese, pelos ensinamentos que me transmitiu ao longo da realização do presente trabalho.

Gostaria de agradecer a todos os profissionais que trabalham na Câmara Municipal de Lisboa, em particular no Departamento de Ambiente e Espaços Verdes, por me terem recebido com toda a amizade que poderia desejar, e pelo apoio e preciosa colaboração que me deram em todos os momentos. Um especial agradecimento à Doutora Teresa Pereira, orientadora do estágio que realizei nesta instituição, pela disponibilidade com que me orientou, mas sobretudo pela força que me deu desde o início desta caminhada.

Um agradecimento especial às instituições que tão pacientemente me receberam, a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, a Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira e, finalmente, a Comissão de Moradores do Bairro Azul, um exemplo de cidadania.

Aos meus pais, Maria do Carmo e Rui, por ter a feliz noção de que todo o saber que adquiero só é possível graças a tudo o que me ensinaram e ensinam diariamente.

Ao Frederico, pelo incentivo, paciência, compreensão e apoio incondicional que demonstrou.

## Índice

I.	Introdução .....	1
	Porquê estudar a participação pública? .....	1
II.	Problema .....	3
1.	Caso da cidade de Lisboa .....	5
2.	Caso da Estufa-fria de Lisboa .....	6
3.	Caracterização do Espaço.....	7
3.1	Câmara Municipal de Lisboa.....	7
3.2	Estufa-Fria de Lisboa.....	8
III.	Contextualização Teórica.....	9
1.	Modelo da Psicologia Social da Participação Pública .....	9
1.1	A Psicologia Social da Acção Colectiva.....	9
1.2	A Identidade Colectiva .....	11
1.3	A Participação .....	13
1.4	Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão .....	16
2.	Os Movimentos Sociais.....	18
3.	Modelo Psicossocial da Acção Colectiva.....	20
4.	Os valores materialistas e pós-materialistas.....	23
IV.	Objectivos Específicos .....	24
V.	Método .....	26
1.	Entrevistas .....	27
2.	Questionário .....	27
2.1	Constituição da amostra.....	27
2.2	Construção das variáveis.....	28
VI.	Resultados .....	30
1.	Factores que influenciam o grau de envolvimento dos cidadão em processos de participação pública.....	34

1.1 Adição do Factor - Valores Pós-Materialistas .....	36
1.2 Adição do Factor – Posição Política .....	37
2. Factores que influenciam o grau de envolvimento dos cidadão em processos de participação pública moderados pelo local de residência.....	39
2.1 Adição dos factores – valores pós-materialistas e posição política .....	41
VII. Discussão e conclusões .....	44
VIII. Recomendações .....	49
IX. Referências bibliográficas .....	50
X. Anexo .....	55
Anexo A – Questionário .....	56

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Construção da variável em estudo.....	32
Quadro 2 – Construção das variáveis do Modelo.....	32
Quadro 3 – Construção das variáveis novas do Modelo.....	33
Quadro 4 – Variáveis finais.....	34
Quadro 5 – Comparação dos valores de R2 ajustado e dos valores de beta dos factores iniciais do modelo entre quem vive à volta e longe.....	40
Quadro 6 – Comparação dos valores de R2 ajustado e dos valores de beta dos factores iniciais do modelo mais os factores acrescentados entre quem vive à volta e longe.....	43

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Quatro passos para a participação num movimento social onstrução da variável em estudo.....	16
Figura 2 – Factores que contribuem para prever a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública – factores iniciais do modelo teórico.....	35
Figura 3 – Influência do factor valores pós-materialistas na dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública .....	36



Figura 4 – Influência do factor valores pós-materialistas e da posição política na dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública.....	38
Figura 5 – Factores iniciais do modelo que contribuem para prever a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública – para quem reside à <i>volta</i> .....	39
Figura 6 – Factores iniciais do modelo que contribuem para prever a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública – para quem reside <i>longe</i> .....	40
Figura 7 – Factores acrescentados ao modelo para quem reside à <i>volta</i> .....	42
Figura 8 – Factores acrescentados ao modelo para quem reside <i>longe</i> .....	42

## I. Introdução

### **Porquê estudar a participação pública?**

De acordo com a definição apresentada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) “active participation means that citizens themselves take a role in the exchange on policy-making” (2001, p.15). A OCDE apresenta-nos assim uma definição de participação pública que se focaliza na capacidade do cidadão ser parte activa no processo de tomada de decisão política. A análise da capacidade de participar activamente na vida pública tem sido uma constante no pensamento teórico europeu. Já Rousseau afirmava no *Du Contrat Social* (1762) que a participação individual de cada cidadão na tomada de decisão política era essencial, pois na sua perspectiva os cidadãos tornavam-se cidadãos públicos através da participação. Este pensamento marca de forma determinante o ideal democrático que foi sendo construído ao longo dos séculos no continente europeu. Inscrita no código genético das democracias europeias encontramos a participação cívica como elemento essencial da democracia (Michels, 2004), a que Rousseau atribuía particular relevância.

É no sentido de caracterizar e avaliar esta sociedade, que se modificou de forma extraordinária ao longo do século vinte, que tem vindo a ser produzido na Europa, desde os anos 80, o chamado Estudo Europeu dos Valores (European Value Study). Em Portugal, o Estudo Europeu dos Valores (EEV) tomou particular relevância nos anos 1990 e 1999 (tendo já sido aplicado também em 2008), pois veio pôr a nu a evolução, ao longo desta década, do posicionamento valorativo dos portugueses, ou seja, quais os valores sociais mais ou menos relevantes para a vida da sociedade portuguesa nos últimos anos e que factores determinam a escolha desses mesmos valores.

Vale a pena referir ainda um estudo, produzido em 2001, o Citizenship Involvement and Democracy que apurou o grau de envolvimento da sociedade portuguesa em associações com forte potencial de participação na esfera pública. Estes dados concluíram que esta participação rondava os 4%, muito abaixo de outros países europeus como seja a vizinha Espanha ou os países do Norte da Europa, cujos valores estão acima dos 50% (Viegas, 2010). Exemplo destas associações são associações de consumidores ou associações de defesa de

direitos, cidadania e valores sociais, considerados como sendo associações do tipo “novos movimentos sociais” (teoria discutida adiante).

Experiências de poder local são sempre bons exemplos para discutir a questão da democracia e do local, tendo como pano de fundo as boas práticas da gestão urbana e o papel dos cidadãos na mesma. O caso mais paradigmático de aprofundamento da democracia local e incremento da participação pública, que veio posteriormente servir de orientação a outros governos locais, foi a instituição do “orçamento popular” na prefeitura (câmara municipal) de Porto Alegre, que o Fórum Social Mundial, realizado em 2001, permitiu dar a conhecer (Guerreiro, 2003).

Também em Portugal, assistimos nos últimos anos, a algumas experiências de democracia participativa ao nível local. De novo, o desenvolvimento de orçamentos participativos é uma das formas mais utilizadas para promover o envolvimento dos cidadãos e, a partir daí, trilhar o caminho rumo a outros patamares de participação. Em Palmela foram promovidos de forma sistemática, a partir de 1997/1997 e por iniciativa municipal, diversos projectos de estimulação da participação dos cidadãos na gestão pública local, mais especificamente, o Fórum Palmela e o Orçamento Participativo de Palmela. Também em Lisboa, desde que o actual executivo camarário tomou posse em 2007, temos vindo a assistir a algumas experiências de participação cívica, nomeadamente, a implementação do orçamento participativo, processo que explicaremos adiante com mais pormenor.

Voltando aos estudos científicos que têm sido feitos com o intuito de apurar os valores sociais dos cidadãos, designadamente os portugueses, vale a pena referir os dados dum estudo produzido em 2006 sobre a participação e deliberação democráticas, pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Estes dados apontam para o facto de, partindo da observação da taxa de participação dos portugueses em associações voluntárias, se constatar que pouco ou nada se altera entre 1990 e 2006, ficando assim claro que os “novos movimentos sociais” continuam a encontrar no nosso país alguma resistência, possivelmente explicada pela conjuntura económica e financeira do período em causa (adiante aprofunda-se o impacto do contexto socioeconómico na escolha dos valores sociais dos indivíduos).

Este trabalho parte do enquadramento acima desenvolvido, uma vez que se considera fundamental compreender o que leva os cidadãos a envolverem-se em acções colectivas, quer seja através de associações, de iniciativas governativas ou ainda de acções pontuais como a elaboração duma petição.

A herança dumha democracia ainda relativamente jovem pesa de forma particular na cidade de Lisboa que, sendo uma cidade mais desenvolvida aos níveis económico, social e político que a grande maioria do território nacional, seria de esperar uma maior abertura para os chamados novos valores sociais, já que é visível alguma retracção por parte dos sucessivos governos locais em implementar mecanismos participativos. É neste sentido que resolvemos trabalhar a questão da participação pública num processo particular, envolvendo uma comunidade restrita da cidade. Concretamente, a revitalização da Estufa-fria de Lisboa, que teve início em finais de 2009. Neste âmbito, ensaiou-se um instrumento de consulta pública, para que as decisões sobre o futuro da Estufa-fria de Lisboa fossem participadas pelo grupo dos seus potenciais utilizadores. Com este instrumento tentou-se também perceber que factores determinam a mobilização dos cidadãos em prol de determinadas causas, usando o processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa como a causa mobilizadora e os cidadãos inquiridos como os potenciais mobilizados. Finalmente, procurou-se igualmente aprofundar a questão da identidade colectiva, de modo a perceber se existia uma relação com a mobilização e acção colectivas.

## **II. Problema**

A participação pública tem constituído nas últimas décadas uma preocupação permanente dos governantes. Prova disso é a adopção, não apenas pelos países mas pela própria União Europeia, de documentos orientadores que visem a implementação de mecanismos de incentivo à participação do cidadão na vida política.

Da Cimeira da Terra sai a emblemática Agenda 21 (1992) que, como já referimos, vem estabelecer vários princípios orientadores de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, frisando particularmente a importância da participação pública. De acordo com a Agenda 21, “cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma Agenda 21 Local. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável.” (p. 304).

O objectivo fundamental da Cimeira da Terra consistiu no alerta para a necessidade dum desenvolvimento socioeconómico no presente, adequado à conservação dos ecossistemas da Terra no futuro. Neste sentido, temos vindo a assistir depois de 1992 à multiplicação de iniciativas globais concentradas na implementação de planos de acção locais e nacionais, que aplicassem os princípios de desenvolvimento sustentável acordados na Cimeira.

Um marco importante da campanha pelo desenvolvimento sustentável ocorre na Primeira Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis (Conferência de Aalborg). Nesta altura aprova-se a Carta de Aalborg (1994), que vem estabelecer valores básicos e opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas, partindo das políticas de sustentabilidade local da Agenda 21.

No que diz respeito à aplicação da Carta de Aalborg, podemos afirmar que não tem sido um processo homogéneo e consensual, mesmo nas nações que a subscreveram. Se muitos municípios europeus aderiram a Aalborg, graças ao apoio técnico-financeiro das administrações centrais respectivas, imprescindível à implementação dos princípios estabelecidos em 1994, muitos foram aqueles que se atrasaram, deixando suspensas as medidas de sustentabilidade acordadas. Portugal é um dos países que, em meados dos anos 90, se encontra na cauda da Agenda 21, tendo sido por isso de extrema importância a realização em Lisboa da Segunda Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis, em 1996. Esta Conferência conduziu à elaboração do Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção (1996), documento determinante no novo impulso dado aos representantes das autoridades locais do nosso país, no sentido de iniciar uma nova estratégia de governança ao nível local. Já em Maio de 2010, realizou-se a Sexta Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis, em Dunquerque, com o objectivo de fazer um balanço destes 15 anos de aplicação da Carta de Aalborg. Desta Conferência saiu a necessidade de reforço do papel dos governos regionais e locais, na criação de economias avançadas e sustentáveis.

Este é o estado da arte, sobretudo ao nível dos países da Europa do Norte, no que ao desenvolvimento sustentável das cidades, ao papel dos governos locais e à participação dos cidadãos, diz respeito. Sobre esta última, não podemos deixar de fazer referência à Convenção de Aaruhs, que teve lugar pouco tempo depois do Plano de Acção de Lisboa ser implementado. Assinada pela Comunidade Europeia e pelos seus Estados-Membros em Junho de 1998, a Convenção de Aarhus pretendeu regulamentar o acesso à informação, a participação do público na tomada de decisões e o acesso à justiça no domínio do ambiente (1998). Este processo encontra aprovação definitiva em 2005, com a transposição do mesmo

para o direito comunitário, através da Decisão 2005/370/CE do Conselho da União Europeia. A Convenção de Aarhus assentou na ideia de que uma melhor participação e sensibilização dos cidadãos para os problemas ambientais, permitiria garantir o direito de cada pessoa viver num ambiente favorável à sua saúde e bem-estar, bastando para tal que os governos locais assumam o seu papel de impulsionadores da democracia participativa nas suas vilas e cidades (1998).

Tendo em vista a aplicação destes princípios a exemplos mais práticos e localizados, e face ao alheamento que se estabeleceu entre os cidadãos que habitam a cidade de Lisboa e os seus sucessivos governos, relativamente ao envolvimento do cidadão nos processos de tomada de decisão local, pretendeu-se dinamizar um processo de consulta pública junto daqueles que constituem os potenciais utilizadores da Estufa-fria de Lisboa, com vista à recolha de sugestões de futuros usufrutos deste espaço.

## **1. Caso da cidade de Lisboa**

Em Julho do 2009 a Câmara Municipal de Lisboa (CML) lançou a Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024, documento que pretendeu traçar um caminho para o desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa, partindo da definição duma estratégia a médio e longo prazo (Câmara Municipal de Lisboa, 2009). Após a apresentação formal da Carta, e após a promoção de vários seminários participativos de divulgação da mesma, recolhendo os contributos de estudiosos das mais variadas áreas relevantes para a gestão da cidade, a CML colocou a Carta em discussão pública. Acedendo ao sítio electrónico da Carta Estratégica de Lisboa, qualquer munícipe pode participar na discussão da Carta, através de questões lançadas por especialistas de diversas áreas (Arquitectura, Urbanismo, ou Engenharia), ou propondo outras que considere relevantes.

Em Lisboa a administração local disponibiliza aos seus munícipes outros instrumentos de participação e intervenção públicas, com o objectivo de fazer de Lisboa uma cidade sustentável. Este esforço por parte dos decisores políticos é possível observar a vários níveis, sendo que para o presente trabalho consideramos de maior relevância a referência à implementação do Orçamento Participativo de Lisboa, que teve o seu início em 2008. A implementação dum orçamento participativo corporiza uma medida verdadeiramente ao espírito de Aarhus. Queremos com isto dizer que, revestindo o orçamento participativo de capacidade deliberativa, o órgão governativo da cidade coloca à disposição dos seus

munícipes a possibilidade de decidirem quais os problemas que devem ser estudados na cidade, quais as soluções mais indicadas e que projectos futuros devem ser levados avante. De acordo com a Carta de Princípios do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, o “orçamento participativo é um processo de carácter consultivo e deliberativo, através da instituição progressiva de mecanismos de co-decisão” (2008). Trata-se assim dum processo que decorre ao longo dum ano e que após as fases de consulta alargada à população sobre prioridades e propostas para a cidade, promovendo assembleias participativas descentralizadas para o efeito, procede à votação dos projectos pela internet ou presencialmente.

O caso do orçamento participativo constitui uma medida de implementação de democracia participativa na cidade que deve ser referenciada como exemplo sempre que quisermos aludir a estratégias de participação pública na cidade de Lisboa. Assistimos assim a uma tentativa de estabelecer um diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e sociedade civil, com o objectivo de elaborarem propostas conjuntas de melhores soluções para os problemas existentes a nível local (Câmara Municipal de Lisboa, 2008).

## **2. Caso da Estufa-fria de Lisboa**

A Estufa-fria de Lisboa é um espaço verde da cidade que actualmente se encontra em fase de remodelação, estando em curso uma intervenção ao nível do edificado, que incluirá a construção de novos equipamentos.

A intervenção no edificado da Estufa-Fria de Lisboa constitui-se como uma oportunidade da Câmara Municipal de Lisboa transformar este espaço verde da cidade num lugar de verdadeiro usufruto para os Lisboetas e seus visitantes. Foi no sentido de contribuir para esta missão de renovação da imagem da Estufa-fria de Lisboa, melhorando as suas instalações por dentro mas também a sua imagem para fora, que se desenvolveu o presente trabalho. Assim, o projecto em curso neste espaço verde engloba não só a remodelação do seu edificado, como também os contributos recolhidos junto do grupo dos potenciais utilizadores. Para desenvolver este processo de consulta pública, a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa produziram um estudo no âmbito do Mestrado em Psicologia Social e das Organizações, que se materializa no presente trabalho. Deste modo, fez-se um apelo a uma parte dos cidadãos de Lisboa para que participassem na concepção da futura Estufa-fria de Lisboa.

### **3. Caracterização do Espaço**

#### **3.1 Câmara Municipal de Lisboa**

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) é responsável directa da gestão e manutenção da Estufa-fria de Lisboa, daí a importância de compreendermos a forma como está estruturada. A CML é uma organização complexa e profundamente hierarquizada na distribuição das suas funções e na colocação dos seus trabalhadores nos diversos sectores. Para que melhor se perceba a sua orgânica bem como o seu funcionamento, vale a pena fazer uma breve referência à forma como estão organizados os serviços municipais.

Integram a orgânica da CML 14 Direcções Municipais, o Regimento de Sapadores Bombeiros e a Polícia Municipal. De entre as direcções municipais, interessa-nos falar da Direcção Municipal de Ambiente Urbano, que por sua vez tem na sua dependência directa a Divisão de Estudos e Projectos e mais quatro Departamentos, dos quais falaremos apenas do Departamento de Ambiente e Espaços Verdes (DAEV).

O DAEV é particularmente relevante para o presente trabalho, pois é o organismo que tutela a Estufa-fria de Lisboa no interior da CML. À semelhança dos restantes departamentos que compõem a DMAU, também ao DAEV cabe “assegurar o direito a uma vida urbana com qualidade, sadia e ecologicamente equilibrada nos domínios ambiental, espaços verdes, limpeza e higiene da cidade e da gestão dos espaços públicos.” (DR II série apêndice n.º 148-A/2002 de 23 Novembro). O próprio DAEV está também apoiado em cinco divisões: as divisões de controlo ambiental, educação e sensibilização ambiental, gestão cemiterial, jardins e finalmente a divisão de matas.

Sendo a CML uma estrutura organizacional, podemos então caracterizá-la de acordo com o critério de agrupamento das actividades ou funções, bem como de acordo com a sua configuração organizacional (Neves, 2001). Dado o aspecto organizacional da CML, facilmente percebemos que se trata duma organização cujo agrupamento das actividades se faz por função, ou seja, há uma “preocupação maior com a interdependência de processos e economias de escala, em detrimento da preocupação com o fluxo de trabalho” (Neves, 2001, p. 484). O agrupamento por função tem a vantagem de permitir que as actividades desenvolvidas sejam de grande eficiência técnica e qualidade, no entanto, decorrente da grande especialização das pessoas que trabalham em cada departamento, originam-se alguns



conflitos interdepartamentais que por vezes põem em causa os objectivos globais da organização, em prol dos objectivos específicos de cada um (Neves, 2001).

A CML pode ainda ser considerada aquilo que Mintzberg na sua teoria sobre configurações organizacionais designou de Burocracia Mecânica: consiste numa organização de elevada complexidade, formalização na comunicação e centralização dos processos de tomada de decisão. Com um funcionamento profundamente burocrático e uma regulamentação minuciosa, este tipo de organização tem uma rotina estabelecida e os seus trabalhadores escassa margem de manobra (Neves, 2001). Esta configuração organizacional foi a encontrada pela CML para estar em condições de poder responder as solicitações da cidade e da própria organização.

### **3.2 Estufa-Fria de Lisboa**

A Estufa-fria de Lisboa é um espaço verde único da cidade.

No local existia, em finais do séc. XIX, uma pedreira onde se fazia a extracção de basalto. Devido à existência de uma nascente de água, que comprometia o processo extractivo, a pedreira deixou de estar em funcionamento.

A cova da pedreira foi então aproveitada para albergar espécies vegetais oriundas do mundo inteiro, que iriam servir para a arborização da Avenida da Liberdade. A 1ª Guerra Mundial atrasou este plano e as plantas acabaram por criar raízes no pequeno local abrigado. Em 1926, o arquitecto e pintor Raul Carapinha idealiza naquele espaço verde um projecto para o transformar numa estufa. Este projecto acaba por ser concluído em 1930 e a Estufa-fria de Lisboa é inaugurada oficialmente três anos depois, em 1933.

Nos anos 40, o Parque Eduardo VII sofreu alterações, adoptando a forma que actualmente lhe conhecemos. A Estufa-fria de Lisboa acompanha essas alterações e para além da remodelação da entrada, foram criados o lago fronteiro e uma sala de grandes dimensões, a chamada “Nave”, usada durante anos como teatro municipal, e nos últimos tempos com os mais variados fins (ex. noivas de Santo António). Em 1975, foram abertas ao público a Estufa Quente e a Estufa Doce, ideias do Eng.º Pulido Garcia, a Estufa Quente (3.000m<sup>2</sup>) com algumas espécies tropicais e equatoriais e a Estufa Doce (400m<sup>2</sup>) com cactos.

A Estufa-fria de Lisboa integra actualmente todos os roteiros turísticos da cidade, sendo destino de eleição para todos os turistas, portugueses e estrangeiros, que queiram ter acesso à

diversidade botânica presente neste espaço. Para além da sua função lúdica, a Estufa-fria de Lisboa cumpre igualmente um papel pedagógico fundamental, sendo por isso uma visita de estudo regularmente organizada pelas escolas do país, bem como alvo de estudo por vários especialistas da área da Botânica e da Biologia. Importa ainda referir que é também na Estufa-fria de Lisboa que alguns artistas encontram inspiração para a sua arte, sendo por isso bastante frequentada por estes, além de já ter servido de palco para exposições e demonstrações artísticas.

Por todas estas razões, a Estufa-fria de Lisboa habita o imaginário de lisboetas e não só, sendo por isso um espaço incontornável da cidade que merece cuidado, para que possa pertencer à cidade e aos cidadãos, e para que estes se apropriem deste espaço (adaptado de Lisboa Verde).

### **III. Contextualização Teórica**

#### **1. Modelo da Psicologia Social da Participação Pública**

##### **1.1 A Psicologia Social da Acção Colectiva**

Explicado o contexto histórico da participação pública, e feito o balanço do que tem sido o debate social e político, sobretudo na Europa e particularmente em Portugal, em torno do conceito de participação e dos mecanismos de implementação local, urge fazer neste trabalho a contextualização da participação pública no Psicologia Social.

Falemos então dos eixos de análise que a Psicologia Social tem utilizado no estudo da participação pública, explicando como se relacionam quatro processos da psicologia social que podem mediar a identidade colectiva e a participação numa acção colectiva, ou seja, que permitem estabelecer uma relação entre estas dimensões: “a identidade social, a cognição social, as emoções e a motivação” (Stekelenburg & Klandermans, 2007, p. 162). Esta relação aponta para o facto de que as identidades colectivas estão sempre em construção e que a acção colectiva é apenas mais um dos factores que espelha essas mesmas identidades: os indivíduos pertencem a um grupo, a um colectivo, num determinado contexto de tempo e de espaço. Nesse contexto desenvolvem-se então a identidade social, a cognição social e as emoções que, ao estabelecerem uma relação entre si, influenciam a motivação dos indivíduos para a

participação, pois contribuem para a identificação destes com o grupo a que pertencem (Stekelenburg & Klandermans, 2007).

As pessoas envolvem-se em acções colectivas sempre que agem como representantes dum grupo a que pertencem e se essas acções vão no sentido de melhorar as condições de todo o grupo. São estas condições que os autores indicam como dizendo respeito à cognição social (ou conhecimento prévio) que os indivíduos têm sobre as condições de partida dum grupo a que pertencem (Stekelenburg & Klandermans, 2007).

O envolvimento dos indivíduos na acção colectiva deve também ser percebido com recurso às emoções desses indivíduos. Não podemos assim negar a existência duma forte componente emocional na forma como os indivíduos reagem ao seu contexto social, reacções essas que podem vir a determinar a participação individual numa acção colectiva.

Um mediador que Stekelenburg & Klandermans consideram igualmente importante entre a identidade colectiva e a acção colectiva é a motivação dos indivíduos para participar activamente. De entre as motivações que conduzem os indivíduos a envolverem-se numa acção colectiva podemos destacar quatro essenciais: os motivos instrumentais, os motivos identitários, a insatisfação de grupo e a ideologia de cada indivíduo. São estas motivações que podem desencadear o envolvimento e a participação num movimento social (2007).

Simon et al. (1998), por outro lado, foram autores que se dedicaram a estudar os diferentes modelos que poderiam estar na base da participação em acções colectivas. Do que avaliaram concluíram que a participação dos indivíduos na acção colectiva é influenciada, essencialmente, por motivos instrumentais e por motivos identitários Simon et al. (1998). Aliás, de acordo com estes autores, a identificação com o movimento social (ex: movimento LGBTQ) surge como um melhor preditor de participação numa acção colectiva/movimento que a identificação com a categoria grupal a que está associado o movimento (ex: homossexuais). A ideia de que os indivíduos participam em movimentos no sentido de expressar os seus pontos de vista, logo as suas posições ideológicas, tem ganho nova força (Freire, 2003). Assim, consideram os autores que os indivíduos participam em movimentos sociais não necessariamente para forçar alguma mudança ou alteração de cariz político, mas sim para alcançar valores como a dignidade e integridade moral nas suas vidas.

Concretizando o pensamento de Simon et al. (1998), consideramos então que a participação dos indivíduos em movimentos colectivos assenta principalmente na vontade de mudar as circunstâncias (insatisfação de grupo e motivos instrumentais), na vontade de agir na qualidade de membros dum grupo a que se pertence (motivos identitários) e ainda na

tentativa de expressão dos seus pontos de vistas e sentimentos sobre diferentes questões (ideologia).

Neste trabalho procuraremos perceber em que medida o factor identidade colectiva se revela determinante na decisão dos indivíduos em participar numa acção colectiva, ou seja, procuraremos avaliar se o facto de os inquiridos se sentirem como pertencentes ao grupo dos visitantes da Estufa-fria de Lisboa, os leva a intervir activamente e de forma mais participada no futuro deste espaço.

## **1.2 A Identidade Colectiva**

Pertencer a determinados grupos com alguma relevância ao nível social, pode direccionar a atenção dos indivíduos para a sua identidade colectiva em detrimento das suas identidades individuais, regulando posteriormente o seu comportamento social, quem o afirma são os autores Klandermans & Simon (2001). Uma explicação é precisamente o papel da identidade colectiva.

É possível exemplificar três situações nas quais a identidade colectiva impõe-se sobre as diferentes identidades individuais – no processo de formação de estereótipos, no acto de rejeitar a influência dos *outgroups* e na vontade de envolvimento em protestos sociais com vista à mudança social.

A identidade colectiva tem um papel determinante como mecanismo de intervenção causal em situações de mudança social objectiva, logo a identidade colectiva pode ser assumida como uma construção social pois resulta da interacção dinâmica e permanente que os indivíduos estabelecem com os outros no seu meio ambiente (Taylor & Whittier, 1992, citado por Klandermans, 2002). A identidade colectiva dos indivíduos é mais duradoura que a pertença destes a determinados grupos, revelando-se também como um mecanismo de demarcação em relação a outros grupos. Ao passar a pertencer a determinado grupo, o individuo é socializado no seio da identidade colectiva desse mesmo grupo.

Os indivíduos têm múltiplas identidades colectivas, sendo que de entre estas identidades nem todas são partilhadas com os mesmos indivíduos (Klandermans, 2002). É de salientar ainda que de entre estas identidades colectivas é natural que umas sejam mais evidentes que outras, dependendo do contexto em que se manifestam, não se evidenciando por isso todas as identidades colectivas dum individuo ao mesmo tempo. Esta diferença ao nível da saliência das identidades colectivas encontra uma possível resposta na articulação

destas com a predisposição individual e o contexto social em que os membros do grupo se encontram.

De acordo com Klandermans (2002), a identidade colectiva cumpre várias funções psicológicas nos indivíduos. De entre elas destacamos aqui cinco que nos parecem particularmente relevantes: a identidade colectiva como necessidade básica, que se traduz por exemplo no sentimento de pertença; a identidade colectiva como meio de diferenciação face aos grupos sociais aos quais não se pertence; a identidade colectiva como a ideia de que cada indivíduo é como o outro, mas não como todos os outros; a identidade colectiva como algo que atribui uma perspectiva significativa ao mundo social; e, finalmente, a identidade colectiva como impedimento de que nos sintamos sós, ao contrário, como algo que nos demonstra a existência de apoio social por parte dos nossos grupos (Klandermans, 2002).

A identidade colectiva salienta-se sobretudo na pertença aos vários grupos sociais dos indivíduos, sendo que estes grupos não existem no vazio. Estes grupos são parte integrante de sistemas de relações intergrupais, caracterizados pelas assimetrias ao nível das dimensões sócio-estruturais (Klandermans & Simon, 2001). De entre essas dimensões, “one important sociostructural dimension is power, and power asymmetries are typical characteristic of many, if not most, intergroup relations” (2001, p. 322).

O poder tem sido no entanto maioritariamente estudado pela Psicologia Social sob uma perspectiva eminentemente conflitual (Simon & Oakes, 2006). Apesar de esta não ser a tradição de estudo de outras disciplinas da ciência social, que colocam o poder, e mais especificamente, o poder social num patamar diferente da simples relação de coerção. É neste sentido que Simon e Oakes propõem o desenvolvimento dum modelo de identidade do poder baseado em três ideias fundamentais: a capacidade humana de mobilizar o outro em prol de determinado objectivo, a identidade partilhada e o balanço consenso/conflito (2006).

De acordo com este modelo, o poder social deve ser encarado pela Psicologia Social como as duas faces duma mesma moeda: “recognition that we are discussing a productive as well as (potentially) repressive process” (Simon & Oakes, 2006, p. 113). Sabendo que destes aspectos o que nos interessa é o aspecto produtivo, tendo em conta a participação pública e os factores que contribuem para a mesma, podemos então afirmar que a capacidade de indivíduos mobilizarem outros indivíduos que partilhem uma mesma identidade, mais não é que o exercício do seu poder social em prol dos seus objectivos.

Um outro aspecto do poder nos grupos que queremos aqui abordar prende-se com o enquadramento social das lutas de poder e os seus protagonistas. Estas lutas de poder têm

naturalmente repercussões sobre um contexto social mais abrangente, ou seja, não se restringem à luta entre as partes opositoras, pelo contrário, alastram-se a vários outros segmentos da sociedade. Este fenómeno de contágio das lutas de poder pode ser encarado a partir duma perspectiva triangular: dois grupos antagónicos/dois interesses opostos, um grupo representativo das autoridades ou de peritos e o público leigo (Klandermans & Simon, 2001). Dois enquadramentos teóricos surgem como fundamentais para o entendimento desta mesma abordagem. A primeira é a teoria do poder das minorias de Mugny (1982), que refere que em situações em que a influência duma minoria se revela evidente existem três entidades a ter em conta – grupo numericamente minoritário, a população alvo das tentativas de influência do grupo minoritário (maioria silenciosa), e o grupo mais poderoso (institucionalmente vantajoso). A segunda é a teoria da auto-categorização social de Turner et al. (1987), que nos fornece fundamentos teóricos para uma melhor compreensão de como os indivíduos agem enquanto membros dum grupo. Esta teoria postula então que, por um lado, a identidade poder ser construída com recurso a diferentes níveis de abstracção (por exemplo, residente na cidade de Lisboa e residente dum bairro específico da cidade de Lisboa, este último apresenta um nível de abstracção menor); por outro lado, a ideia de que os grupos se comparam com referência à categoria social mais próxima e inclusiva de ambos (por exemplo, residentes de bairros distintos da cidade de Lisboa em termos de residentes da cidade de Lisboa). Assim, ambas as perspectivas teóricas reforçam a ideia duma terceira parte envolvida nas lutas pelo poder entre os grupos sociais, na medida em que, “the general public, its institutions, or its representatives are likely to be involved as a third party” (Klandermans & Simon, 2001, p. 323).

A ideia dum terceiro elemento presente nas lutas pelo poder conduz-nos à emergência da dimensão política do comportamento de grupo, ou seja, a identidade colectiva politizada. De acordo com Klandermans & Simon (2001), a identidade colectiva politizada pode ser entendida como uma forma de identidade colectiva, responsável pela motivação dos indivíduos para se envolverem em acções colectivas, como sejam as lutas de poder.

### **1.3 A Participação**

Tratámos aqui a identidade colectiva, particularmente a identidade colectiva politizada, estabelecendo uma relação entre esta e a motivação dos indivíduos em participar. Vale a pena explicar com mais detalhe, o que alguns teóricos da Psicologia Social nos dizem

sobre o fenómeno da participação. Um conceito transversal a várias teorias da Psicologia Social, quando falamos de participação em movimentos sociais, é o conceito de privação relativa. A demonstração empírica mais importante foi feita por Runciman, em 1966. Duma forma resumida, este conceito assenta na ideia de que ao comparar dois grupos sociais, cujas condições de partida dos membros sejam próximas (por exemplo, os membros terem a mesma habilitação literária), e que se encontram em disputa por um mesmo objectivo social (por exemplo, uma recompensa financeira), da avaliação dessas condições de partida pode concluir-se que um dos grupos, em determinada situação, é desfavorecido relativamente ao outro, na medida em que não recebe o que merece e deseja. É nesta percepção, de que não se recebe na medida em que se merece e deseja, que o conceito de privação relativa se corporiza. A avaliação feita pode referir-se ao próprio grupo de pertença, e então designamos de privação egoísta, ou referir-se a um grupo exterior ao próprio grupo, designando-se então de privação fraterna (Klandermans, 1997).

De acordo com Monteiro (2004), os estudos revelam que o sentimento de privação relativa, por si só, não se encontra fortemente relacionado com a acção colectiva. O facto de os indivíduos pertencerem a grupos normativos de referência, cujos membros sejam alvos de tratamento desigual no seio do próprio grupo, não tem substancial interesse para analisar o grau de envolvimento em acções colectivas. No entanto, o conceito de privação fraterna ganha particular relevância se quisermos analisar a dinâmica de protesto entre os grupos, em busca de uma maior justiça social (Monteiro, 2004). O sentimento de privação fraterna diz respeito às reivindicações partilhadas pelos membros dum grupo (*ingroup*), relativamente a outro exterior (*outgroup*), sendo, por isso, mais determinante para o envolvimento dos cidadãos em acções em prol do seu grupo de pertença, ou seja, para a participação pública (Klandermans, 1997).

Relativamente às formas de participação, estas podem ainda diferir sob o ponto de vista do tempo que nelas se investe e do esforço necessário para nelas investir. Klandermans diz-nos que, de acordo com o tempo e esforço dedicados à participação em determinada acção, encontramos diversas formas de acção colectiva: a assinatura duma petição, a doação duma quantia em dinheiro ou ainda a participação numa demonstração pacífica – acções pontuais no tempo, que envolvem pouco ou nenhum risco, nem qualquer esforço; a realização dum *sit-in*, uma ocupação ou uma greve – acções que envolvem um elevado grau de risco, mas igualmente pontuais no tempo; estar alerta duas noites por mês, ou doar dinheiro para uma instituição, com uma regularidade predefinida - acções a longo termo, mas que não

implicam risco algum; voluntariado numa organização ambientalista – participação permanente, duradoura, e com um elevado grau de risco (1997).

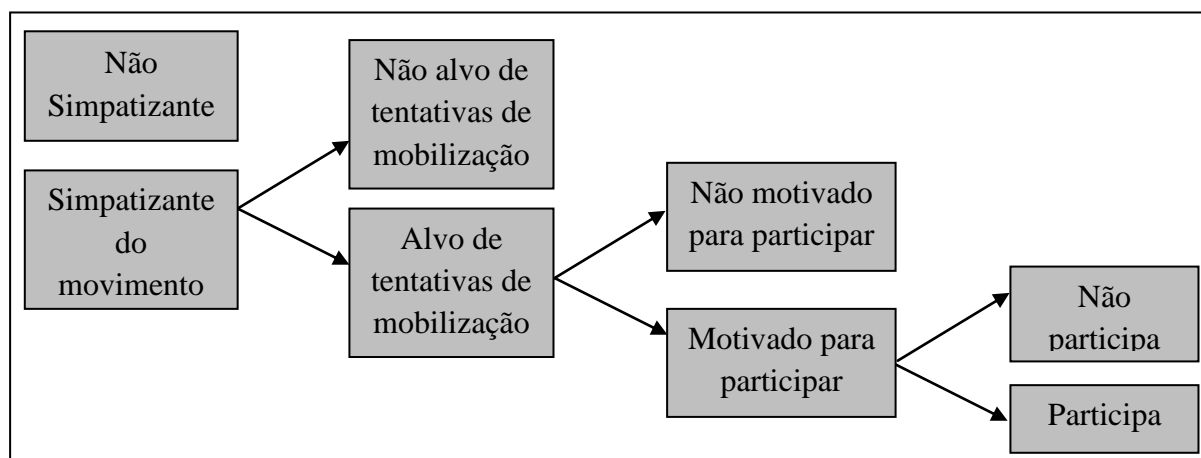
Klandermans (1997) afirma que, a participação em movimentos prossegue ainda duas orientações fundamentais: por um lado, a questão da pertinência desse movimento, ou seja, em que medida a participação num dado movimento social e numa acção de protesto, conduzida por esse movimento, responde a aspirações e preocupações do momento social em que decorre; por outro lado, as características intrínsecas ao movimento, ou seja, se o movimento é apelativo, se as suas lideranças são carismáticas e se as suas acções de protesto são atractivas para o resto dos indivíduos.

De referir, no entanto, que nem sempre a atractividade dum movimento é suficiente para converter o público às reivindicações e motivações do seu protesto. Para que esta ponte seja feita eficazmente, os movimentos recorrem ao seu instrumento mais forte, a mobilização. Falamos de mobilização, quando falamos do longo processo de envolvimento do público com o movimento, visando o sucesso das acções de protesto desencadeadas por esse movimento, ou seja, visando a adesão do público às causas do movimento. Esta ideia está bem presente na afirmação de Klandermans, “mobilization is a complex process of convincing and activating” (1984, p. 107).

A literatura, ao referir-se ao fenómeno da mobilização, faz uma distinção que iremos aqui adoptar, distingue a *mobilização para o consenso* da *mobilização para a acção*: a mobilização para o consenso refere-se à capacidade de disseminação dos pontos de vista da organização do movimento, enquanto a mobilização para a acção refere-se ao processo de envolvimento do público nas actividades do movimento (Klandermans, 1984). É na mobilização para a acção, que reside o acto de participar. Para melhor se perceber o que pretendemos dizer ao fazer esta afirmação, olhemos para os quatro passos que Klandermans (1997) aponta como estando na base da participação:



Figura 1 – Quatro passos para a participação num movimento social  
(fonte: adaptado de Crisóstomo, 2009)



Como podemos ver pela Figura 1, o primeiro passo diz respeito aos resultados da própria mobilização para o consenso, ou seja, a existência de dois tipos de público distintos, aqueles que simpatizam com a causa e aqueles que não; o segundo passo consiste na separação dentro dos que simpatizam com a causa, entre os que são alvo de mobilização e os que não o são; o terceiro passo refere-se à separação dos que simpatizam com a causa e que são alvo de mobilização, entre os que estão mais motivados para uma actividade específica, e os que não o estão; finalmente, o último passo, que separa os indivíduos motivados que aderem efectivamente a participar no movimento e os indivíduos motivados que não o fazem. Conhecer o nível de mobilização dos cidadãos a participarem no processo de renovação da Estufa-fria de Lisboa foi também um dos objectivos deste trabalho. Para isso, avaliou-se a vontade em participar de forma activa do grupo dos potenciais utilizadores da Estufa-fria de Lisboa, e fomos ver se este grupo simpatizaria com acções que visassem melhorias neste espaço.

#### 1.4 Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão

A participação pública tem nos últimos anos ganho uma relevância crescente ao nível dos processos de tomada de decisão, basta analisar a evolução de alguma legislação sobre a matéria, “a participação pública tem vindo a ser incorporada em legislação que pretende

garantir que os sistemas técnico-políticos cumprem o dever de envolver os públicos nos processos de tomada de decisão que os afectam” (Batel, 2008, p. 15).

Nas políticas conduzidas nas chamadas democracias ocidentais, temos vindo a assistir a um progressivo alargamento do conceito de participação pública aplicado à larga produção legislativa que veio afirmar a participação pública como um factor indispensável para o aumento da eficácia dos processos de tomada de decisão (AAVV, 1994). Aquilo que inicialmente se restringia à ideia de informar e comunicar começa a ser paulatinamente substituído pela ideia de chamar a intervir. Existia um esforço por parte dos decisores políticos em informar os cidadãos das decisões e dos projectos em vias de ser implementados, sobretudo os cidadãos que presumivelmente viessem a ser afectados pelos mesmos. Ao longo do tempo foi-se verificando que este modelo exclusivamente informativo não conferia a melhor qualidade às decisões tomadas pelo grupo dos governantes. Beierle (1998), refere mesmo que “public managers are continually faced with the challenge of making high quality decisions while remaining responsive to the citizens those decisions affect” (p. 1).

Estas ideias levaram à multiplicação de iniciativas a nível mundial, nas quais os governantes de diversas regiões do planeta se juntaram com o propósito de estabelecerem metas de sustentabilidade e metas de desenvolvimento da cidadania. É a partir daqui que surgem tratados como a Agenda 21, a Carta de Aalborg ou a Convenção de Aarhus, que “operacionalizam um sistema de governança multi-nível assente no princípio da subsidiariedade que define que todas as questões devem ser geridas pela menor ou menos centralizada autoridade competente, mais próxima dos problemas e dos cidadãos e assim mais eficiente” (Batel, 2008, p.19).

Assim, dá-se uma transformação ao nível dos processos de tomada de decisão, em que um modelo meramente informativo dá lugar a um processo decisório assente num modelo dialógico cuja prioridade é o estabelecimento dum diálogo permanente entre os chamados sistema técnico-político e o público em geral.

Cumpre-nos agora a definição do que é afinal a participação pública, recorrendo para o efeito à proposta em que assenta a Carta de Aalborg (1994). Esta refere a participação pública é um comportamento que consiste no envolvimento dos cidadãos em parcerias com as autoridades locais públicas, com o objectivo de atingir um resultado óptimo na tomada de decisão e na implementação das políticas.

O grau de participação do público pode passar por diferentes etapas, de acordo com a relevância do processo em causa, do número de indivíduos implicados nesse mesmo processo, assim como da projecção para fora da comunidade do envolvimento do público.

A participação pública é vista acima de tudo como um mecanismo para assegurar o direito ao bem-estar e é nesse sentido que a Convenção de Aarhus prevê que os partidos da convenção deverão reconhecer que “todas as pessoas têm o direito de viver num ambiente adequado à sua saúde e bem-estar e o dever, tanto individualmente como em associação com outros, de proteger e melhorar o seu ambiente para o benefício de gerações presentes e futuras”. É igualmente uma forma de incrementar a qualidade das decisões, conferindo uma maior transparência a todo o processo, ajudar à maior consciência do público e a permitir que este expresse as suas preocupações às autoridades e instituições locais (UN/ECE, 2000).

O processo de consulta pública relativo à revitalização da Estufa-fria de Lisboa deve ser considerado um processo de âmbito local, no qual se pretende conhecer o potencial de envolvimento das comunidades locais, que estão em contacto directo e mais frequente com este espaço.

## **2. Os Movimentos Sociais**

A teorização sobre os movimentos sociais tem sido amplamente feita no campo das ciências sociais. Diferentes abordagens, em diferentes momentos históricos, têm sido adoptadas por vários teóricos. O que são movimentos sociais mantém-se, ainda nos dias de hoje, uma questão em aberto devido às múltiplas interpretações que se atribuem à acção colectiva num movimento social.

Dois paradigmas teóricos distintos têm dominado o estudo dos movimentos sociais nas sociedades contemporâneas: por um lado a abordagem europeia dos Novos Movimentos Sociais, protagonizada primordialmente por Jürgen Habermas (Edwards, 2008). Por outro, encontramos a abordagem americana de que a Teoria da Mobilização de Recursos de Klandermans é um exemplo, na sua proposta de considerar que a participação em movimentos sociais é uma decisão racional e dirigida a objectivos específicos (Klandermans, 2002). A raiz de cada uma das abordagens tem a sua origem nas diferentes tradições teóricas predominantes em cada uma das regiões mencionadas. Cada perspectiva desenvolveu-se em relativo isolamento uma da outra e, até recentemente, não havia qualquer interacção teórica entre as mesmas. É comumente assumido que as premissas teóricas destes paradigmas são

incompatíveis, no entanto, uma análise detalhada das mesmas permite-nos arriscar no sentido oposto. Apesar das diferenças teóricas significativas, tal deve-se essencialmente ao facto destas abordagens analisarem os movimentos sociais sob diferentes níveis de análise (van Zomeren et al., 2008).

Os Novos Movimentos Sociais enfatizam a natureza cultural dos movimentos, e perspectivam a existência de lutas pelo controlo da construção de significados, e pela constituição de novas identidades colectivas. Pretende assim dar relevância aos aspectos ligados à expressão dos movimentos sociais, colocando-os exclusivamente no campo dos direitos civis em oposição aos governos (Edwards, 2008). Tal como Batel refere, “para esta abordagem são sobretudo os novos valores que permeiam as sociedades e as identidades que lhes estão associadas que baseiam a acção colectiva” (2008, p. 52), o que imediatamente nos remete para os valores pós-materialistas considerados por Inglehart como característicos das sociedades designadas pós-modernas/pós-industriais (Freire, 2003). Mais adiante abordamos com mais detalhe a os valores pós-materialistas e a influência que estes podem ter na acção colectiva dos indivíduos.

Relativamente à Teoria da Mobilização de Recursos de Klandermans, contrariamente à anterior, vem expor a natureza política dos movimentos sociais e interpreta-os como tratando-se de conflitos sobre a alocação de recursos na arena política. Esta teoria focaliza-se assim nos aspectos estratégico - instrumentais da acção, colocando por sua vez os movimentos sociais em simultâneo no campo da sociedade civil e no campo do próprio Estado (1987). Esta teoria, que assenta numa perspectiva mais contextual para explicar a origem dos movimentos sociais, procura perceber de que forma os protagonistas dos movimentos sociais desenvolvem as suas estratégias e como interagem com o ambiente à sua volta de maneira a atingir os seus objectivos. Assim, a emergência dos movimentos sociais e os resultados das suas acções são vistos como processos contingentes e em aberto, resultantes de decisões específicas, racionais, que ocorrem na base de determinadas relações de poder. A participação dos indivíduos nos movimentos sociais é vista, não como a consequência de determinada predisposição individual, mas como o resultado dum processo de decisão racional, no qual é feito o balanço dos custos e benefícios dessa participação. Os custos e os benefícios percebidos diferem entre as diferentes formas de acção, estando os indivíduos disponíveis para participar numa determinada forma de acção e não noutra (Klandermans, 1987).

Sobre a abordagem dos Novos Movimentos Sociais, Klandermans refere que vários estudiosos explicam a emergência dos movimentos sociais com base nas transformações políticas e culturais que estiveram na origem de novas fontes de conflito, bem como na ideia da constituição de novas identidades colectivas (ex: movimentos feministas, movimentos ambientalistas, movimentos em defesa dos direitos dos homossexuais) (1987). Os Novos Movimentos Sociais, que como já referimos emergem na Europa nos anos 80, vêm colocar o foco na busca dum nova identidade colectiva, são por isso *novos* na medida em que são oportunidades de construção dum padrão de identidades colectivas em que os significados, a formação da identidade e mesmo o discurso público destes movimentos não são dados adquiridos, mas sim socialmente construídos. De referir, que a emergência desta abordagem vem no seguimento dum novo conjunto de conflitos característico das sociedades pós-industriais (Edwards, 2008). O autor defende que nas sociedades capitalistas avançadas, o conflito deixou de ser de cariz essencialmente económico, passando a haver margem para lutas pela identidade colectiva dos indivíduos.

De acordo com Tarrow (1994, citado por Klandermans, 1997) os movimentos sociais são protestos colectivos levados a cabo por pessoas com propósitos comuns e solidárias, em interacção continuada com peritos, opositores e autoridades. Ou seja, os movimentos levam a cabo acções fracturantes contra grupos de peritos, autoridades, outros grupos e/ou códigos culturais. Fazem-no em nome de reivindicações comuns, estão enraizados em sentimentos de solidariedade ou identidade colectiva, e por fazerem durar a acção colectiva resultante, esta torna-se num movimento social. Em suma, os movimentos sociais são constituídos por indivíduos que partilham reivindicações e objectivos comuns, que têm uma identidade colectiva, e que em nome dessa mesma identidade se envolvem em acções colectivas.

A possibilidade de mobilização em torno da Estufa-fria de Lisboa pode ser vista à luz da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, na medida em que consubstancia uma preocupação dos indivíduos característica das chamadas sociedades pós-industriais. Queremos saber se novos valores vêm à tona quando as motivações das populações se prendem com a preservação de espaços públicos e com o usufruto que os cidadãos fazem desses espaços.

### **3. Modelo Psicossocial da Acção Colectiva**

Neste trabalho decidimos adoptar um modelo teórico da psicologia social proposto por Klandermans (1997). Este modelo coloca na geração de quadros de acção colectiva, a

explicação para a participação dos indivíduos em movimentos. Importa então definir o que são estes quadros de acção colectiva, bem como os factores que os desencadeiam.

De acordo com Gamson (1992, citado por Klandermans, 1997), um quadro de acção colectiva consiste num conjunto de crenças e significados orientados para a acção, que inspiram e legitimam a actividade dum movimento social, atribuindo desta forma um significado consciente à participação dos indivíduos em acções colectivas. Gamson distingue três componentes determinantes na geração destes quadros de acção colectiva nos indivíduos: a percepção de injustiça, a existência duma identidade social e a percepção de eficácia (citado por Klandermans, 1997).

A percepção de injustiça emerge dum sentimento de indignação sentido pelo indivíduo, perante uma situação na qual o próprio, ou o grupo a que pertence, é alvo dum tratamento desigual, percebido como injusto (Klandermans, 1997). O autor defende que este sentimento de injustiça, perante uma situação de desigualdade considerada ilegítima, produz emoções nos indivíduos que podem estar na origem da geração de um movimento colectivo. De entre estas emoções, destaca-se o sentimento de raiva ou de revolta que os indivíduos sentem, perante situações de desigualdade ilegítima.

A percepção de injustiça remete-nos novamente para a abordagem dos Novos Movimentos Sociais, já aqui explicada com mais detalhe, na medida em que a literatura estabelece uma relação entre os novos valores sociais, a percepção de injustiça relativamente a estes e o envolvimento em acções colectivas. Ou seja, a literatura diz-nos que, se por um lado a adesão aos novos valores sociais não está necessariamente relacionada com a participação dos indivíduos em acções de protesto colectivas, por outro lado, a violação desses mesmos novos valores sociais pode conduzir a um sentimento de indignação nos indivíduos, e este sentimento implicar o seu envolvimento numa acção colectiva (Klandermans, 1997). Simon et al. (1998, citado por van Zomeren et al., 2008) corroboram esta ideia ao afirmar que a percepção de injustiça não é um factor suficiente para prever o envolvimento dos cidadãos em acções colectivas, acrescentam ainda que este factor funciona sobretudo como um factor constante em todas as situações, não sofrendo alterações significativas nos indivíduos. Neste sentido, impõe-se haver outros factores que conduzam ao desenvolvimento de quadros de acção colectiva, como seja a ideia de que agir colectivamente requer a percepção duma identidade colectiva, duma identidade social.

A identidade pode estabelecer-se duma forma muito simples: o facto de se identificar um *eles*, como sendo os responsáveis por uma situação, percebida como desigual e

injusta pelos membros do grupo alvo implica, necessariamente, a existência dum *nós* que se lhes opõe (Klandermans, 1997). O autor afirma assim que, um grupo de indivíduos que partilhe no seu seio sentimentos de injustiça, por terem sido mal tratados ou por estarem em situações de desvantagem relativamente a outros, constitui um elevado potencial de envolvimento em acções colectivas (Klandermans, 1997).

Considera-se ainda a existência de dois níveis de desenvolvimento da identidade social: um primeiro nível, no qual a identidade social determina o envolvimento dos indivíduos em acções colectivas, tornando-se assim participantes em acções colectivas e um segundo nível que, pelo facto de os indivíduos participarem de facto numa acção colectiva, mantendo por isso contacto com outros activistas, leva a que haja uma politização da identidade social, tal como van Zomeren et al. referem, “politicizes social identity such that, by definition, people become aware of the involvement of society at large” (2008, p. 524).

Cabe à componente identidade social eleger o agente exterior que os membros do grupo devem identificar como responsável pelas injustiças de que são alvo. Esta atribuição causal revela-se determinante para o contributo da identidade social na geração de quadros de acção colectiva (Klandermans, 1997).

Finalmente, falta fazer referência ao factor percepção de eficácia. Este consiste na crença de que os indivíduos, no momento de participar numa acção colectiva, conseguem alterar determinadas condições ou determinadas políticas através dessa acção (Klandermans, 1997; van Zomeren et al., 2008). Assim, a tentativa de alterar a condição dum grupo de pessoas tem de ser percebida como eficaz para o exterior mas, principalmente, aos olhos dos membros do próprio grupo. Por esta razão, vale a pena referir que, na perspectiva da Teoria da Mobilização de Recursos, a acção colectiva consiste num conjunto de decisões racionais dos grupos, no sentido de alcançarem os seus objectivos e interesses, pressionando aqueles que se encontram nas esferas do poder (Klandermans, 1987). Esta perspectiva encara então a acção colectiva como uma estratégia política para atingir determinados fins, não como uma resposta imediata dos grupos a situações de injustiça. No seguimento desta ideia Olson afirma que “individual decisions to engage in collective action are based on choices to minimize personal losses and maximize personal gains.” (1968 citado por van Zomeren et al., 2008, p. 506). Esta afirmação vem confirmar a ideia de que, a eficácia da participação numa acção colectiva está relacionada com a expectativa que o público tem sobre o sucesso no alcance dos objectivos a que o grupo se propôs (Klandermans, 1984). Feita esta avaliação,

então fará sentido para os cidadãos envolverem-se em acções colectivas em prol de objectivos comuns.

#### **4. Os valores materialistas e pós-materialistas**

Como já referimos anteriormente, a participação dos indivíduos em associações, cujo potencial de mobilização seja considerado elevado, está, duma maneira geral, relacionada com a adesão dos indivíduos aos designados *novos* valores sociais (Viegas, 2010). Sobre a questão dos novos valores sociais, ancorados nas abordagens dos Novos Movimentos Sociais, a que já fizemos referência, é incontornável a teoria de Inglehart sobre a modernização cultural, ou como a literatura mais se lhe refere, a Teoria da Mudança de Valores (Freire, 2003). De acordo com esta teoria, os indivíduos criados em ambientes inseguros, em que escasseiam os bens materiais, vivendo por isso em sociedades consideradas atrasadas sob o ponto de vista do desenvolvimento económico e financeiro, valorizam mais questões que se prendem com a estabilidade económica e a sua segurança física e material, são os chamados valores materialistas, característicos de sociedades em vias de desenvolvimento. Indivíduos criados em ambientes de paz e relativa abundância de bens materiais, ou seja, pertencentes a sociedades com um grau de desenvolvimento económico avançado, atribuem mais importância a questões como a protecção do meio ambiente e a qualidade de vida, são os chamados valores pós-materialistas, próprios das sociedades designadas pós-industriais ou pós-modernas (Freire, 2003).

Inglehart propõe uma categorização dos valores sociais a que os indivíduos atribuem importância, numa determinada fase de desenvolvimento das sociedades. Assim, o autor sugere uma “taxonomia de valores que assenta na diferenciação entre valores materialistas e valores pós-materialistas” (Castro, 2002, p.172). A tese que o autor defende assenta na ideia de que, de acordo com a estabilidade económica e social duma sociedade, os membros desta sociedade assumem diferentes prioridades valorativas. Deste modo, o fim da Segunda Guerra Mundial vem marcar um momento histórico no estabelecimento destas mesmas prioridades, já que se assistiu àquilo que pode ser considerado como a transição das sociedades ocidentais, assentes num modelo de organização social industrial moderno, para sociedades assentes num modelo de organização social mais avançado, designado de pós-moderno (Freire, 2003). A tese de Inglehart perspectiva um novo eixo de análise das sociedades, aquilo que Freire designou de “novo eixo de polarização ideológica entre valores materialistas e pós-



materialistas” (2003, p. 298), substituindo em muitas situações a tradicional divisão entre esquerda e direita.

Mencionámos na introdução deste trabalho que o envolvimento dos indivíduos em associações do tipo “novos movimentos sociais” que, como já referimos, são associações que apresentam um maior potencial de participação cívica, está intimamente relacionado com a importância que os indivíduos atribuem aos valores considerados pós-materialistas. Esta relação assenta na ideia de que, os indivíduos integram voluntariamente determinadas associações ou grupos de interesse, se se identificarem com os objectivos desses grupos e partilharem das mesmas preocupações. Sendo as associações de elevado potencial de participação cívica associações do tipo “novos movimentos sociais”, estando na origem destas associações valores como a defesa do meio ambiente ou a defesa dos direitos civis, considerados valores pós-materialistas, facilmente percebemos a estreita relação que existe entre as teorias dos “Novos Movimentos Sociais” e os valores pós-materialistas. Queremos com isto dizer que, indivíduos que vivam em sociedades com um nível de desenvolvimento económico avançado, nas quais os bens de primeira necessidade abundem consideravelmente, poderão atribuir maior importância aos valores pós-materialistas e, por isso, poderão participar activamente em grupos e acções colectivas que visem a defesa desses mesmos valores, por exemplo, a liberdade de expressão ou a participação pública (Freire, 2003).

Neste sentido, interessa-nos perceber em que medida o facto de cidadãos atribuírem mais ou menos importância a valores como a ordem no país e o combate à subida dos preços, por um lado, ou a preservação da natureza e a participação pública nas decisões importantes dos governos, por outro, pode influenciar a vontade em participar em acções colectivas. Ou seja, se o desenvolvimento socioeconómico das sociedades ocidentais surge acompanhado duma vontade em participar activamente por parte dos cidadãos, o que nos permitiria prever que os cidadãos de Lisboa tendem a envolver-se em acções colectivas que visem, por exemplo, melhorias na Estufa-fria de Lisboa.

#### **IV. Objectivos Específicos**

Os objectivos deste trabalho foram, no âmbito do desenvolvimento dum processo de participação pública dos cidadãos no caso particular da Estufa-fria de Lisboa, os seguintes:

1. Perceber a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em acções colectivas, ou seja, em que medida:

- A identidade colectiva conduz à acção colectiva;
- A acção colectiva se traduz em processos de participação pública.

2. Identificar os factores que poderão influenciar a participação dos cidadãos em acções colectivas, ou seja, que podem contribuir para a geração de quadros de acção colectiva que, no caso específico do processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, podem ser: a percepção de injustiça – a injustiça das actuais formas de governação na cidade e a forma como o grupo dos potenciais utilizadores da Estufa-fria de Lisboa são tratados pelos decisores políticos; a identidade social – o sentimento de identidade face a outros potenciais utilizadores e a responsabilização dos decisores políticos pelo estado actual de governação da cidade e do envolvimento dos cidadãos no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa; a percepção de eficácia – a crença de que através da participação dos futuros utilizadores, o processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa pode trazer melhores resultados;

Aos factores anteriores que integram o modelo teórico em causa, juntámos as ideias de Inglehart sobre o posicionamento valorativo dos cidadãos – a ideia de que de acordo com a importância que se atribui a determinados valores sociais, os cidadãos envolvem-se mais ou menos no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa.

Mais especificamente, elaborámos diversas hipóteses que decidimos estudar, com o propósito de identificar que relações, entre as variáveis analisadas, podem ser uma explicação para o envolvimento dos cidadãos em acções colectivas. Assim, descrevemos de seguida as relações que, de acordo com a literatura, decidimos estabelecer:

- (I) As pessoas que vivem mais perto da Estufa-fria de Lisboa participam mais facilmente no processo de revitalização deste espaço que as pessoas que não vivem perto.
- (II) As pessoas que se identificam com a Estufa-fria de Lisboa revelam uma intenção maior de participar no processo de revitalização deste espaço do que as que não se identificam.
- (III) Quanto maior a percepção de injustiça sentida pelas pessoas em contacto com a Estufa-fria de Lisboa mais estas revelam intenção de participar no processo de renovação deste espaço.
- (IV) Quanto maior a percepção de eficácia sentida pelo grupo dos potenciais utilizadores da EFL relativamente à sua participação, mais estas revelam intenção de participar no processo de renovação deste espaço.

- (V) O potenciais utilizadores que se avaliam como sendo pós-materialistas atribuem mais importância à participação pública que as pessoas que se avaliam como sendo materialistas.

## V. Método

Neste trabalho, procedemos a dois momentos distintos da investigação: por um lado a realização de entrevistas, como estudo preparatório. Uma segunda fase em que procedemos à aplicação dum questionário assente na literatura e nas entrevistas realizadas anteriormente. Os instrumentos utilizados foram um questionário e um guião de entrevista semi-estruturado. A adaptação do modelo de acção colectiva foi contextualizada nas entrevistas, mas o modelo foi operacionalizado através das perguntas que constam do questionário.

Relativamente à análise do envolvimento dos cidadãos no movimento de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, ou seja, relativamente à participação pública neste processo, utilizou-se como aqui já foi explicado um modelo psicossocial da participação em movimentos sociais de Klandermans (1997).

Assim, o envolvimento dos cidadãos no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, desde que este espaço foi encerrado para obras, foi operacionalizado como participação pública numa acção colectiva.

Para recolha da informação, optou-se pelo inquérito aos cidadãos através de um questionário, já que se pretendia aferir das ideias, sugestões e conceitos individuais sobre este espaço.

A proximidade geográfica à própria Estufa-fria foi um dos critérios determinantes na selecção dos inquiridos. Assim, estabelecemos contacto com a Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, na qual se localiza a Estufa-fria, a fim de poder chegar junto da Academia da Terceira Idade dinamizada pela Junta de Freguesia. Estabelecemos também contacto com os bairros envolventes, nomeadamente com o Bairro Azul através da sua Associação de Moradores, entrámos em contacto com a Escola Básica de 1º ciclo de S. Sebastião da Pedreira bem como com a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. Antes de elaborar os inquéritos, procedemos a uma série de entrevistas preparatórias dos mesmos, o que permitiu um conhecimento mais aprofundado sobre públicos a contactar, a

inquirir e que questões colocar, tendo como objectivo primordial a recolha de sugestões junto da população para a futura Estufa-fria de Lisboa.

## **1. Entrevistas**

Tratou-se de entrevistas semi-estruturadas, cuja duração nunca excedeu uma hora. Estas entrevistas visavam cumprir essencialmente dois objectivos: por um lado, a familiarização com a realidade que foi investigada neste trabalho, ou seja, uma aproximação às pessoas que lidavam directa ou indirectamente com a Estufa-fria de Lisboa, e também com quem já tivesse alguma prática de desenvolvimento de processos de participação pública na Câmara Municipal de Lisboa. Por outro lado, colher nestas entrevistas contributos que permitissem a construção das perguntas que fizeram posteriormente parte do questionário.

As entrevistas decorreram entre Novembro de 2009 e Janeiro de 2010. O alvo destas entrevistas foram pessoas que de alguma forma estavam ou tinham estado envolvidas, de forma directa ou indirecta, em processo associados à Estufa-fria de Lisboa.

Por intermédio da Câmara Municipal de Lisboa (CML) foi-nos possível realizar várias entrevistas que nos permitiram um conhecimento aprofundado sobre a realidade da Estufa-fria de Lisboa. Assim, realizou-se uma entrevista à Directora do Departamento do Turismo da CML e a duas representantes do urbanismo e da economia, ambas pertencentes ao Departamento de Gestão do Espaço Público (DGEP) da Direcção Municipal de Ambiente Urbano (DMAU) da CML. Igualmente, realizou-se entrevistas a representantes da Divisão de Jardins do Departamento de Ambiente e Espaços Verdes (DAEV) da Direcção Municipal de Ambiente Urbano, aos próprios trabalhadores da Estufa-fria de Lisboa, e finalmente ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião da Pedreira. Fora da CML, procedemos ainda a entrevistas a dois representantes da Comissão de Moradores do Bairro Azul, à direcção da EB1 de São Sebastião da Pedreira e ainda à Direcção da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

## **2. Questionário**

### **2.1 Constituição da amostra**

A constituição da amostra decorreu entre Fevereiro e Maio de 2010.

Relativamente à população de estudantes que pretendemos inquirir, estes foram seleccionados recorrendo aos alunos que frequentavam os 10.º e 11.º anos da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. As pessoas recrutadas desta forma constituem uma amostra de conveniência, pelo que não são necessariamente representativas dos estudantes daquela zona da cidade de Lisboa.

Foram igualmente distribuídos inquéritos nas caixas de correio de todos os prédios na Rua Fialho de Almeida, na Av. Ressano Garcia e na Rua Ramalho Ortigão, que integram o Bairro Azul, emblemático da zona envolvente da Estufa-fria de Lisboa. De acordo com a rua ou avenida em causa, as pessoas que respondessem deveriam deixar o questionário em três sítios distintos, de acordo com o mencionado na frente do inquérito que recebiam na caixa de correio. Mais uma vez procedeu-se a uma amostra por conveniência, não podendo por isso considerar-se as pessoas que responderam e que entregaram os questionários, representativas dos moradores da zona envolvente à Estufa-fria de Lisboa.

Foram ainda deixados questionários na Junta de Freguesia de S. Sebastião da Pedreira, para que fossem entregues às pessoas que frequentam a Academia da Terceira Idade pela qual a Junta é responsável, mais uma vez utilizando um processo de amostragem por conveniência. Os critérios de inclusão dos participantes que responderam ao questionário foram: as pessoas terem habitação próxima geograficamente à Estufa-fria de Lisboa (verificada através da pergunta do questionário sobre a freguesia de residência, as quais considerámos válidas se se tratassem das freguesias de São Sebastião da Pedreira, Campolide, Santa Isabel, Santo Condestável, São Mamede e Lapa) e não terem interrompido o preenchimento do questionário a meio.

No total foram recolhidos 220 questionários considerados válidos.

## **2.2 Construção das variáveis**

O questionário foi elaborado com base no modelo psicossocial da participação em movimentos sociais de Klandermans (1997):

### *1. Envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública – variável em estudo*

Esta variável foi operacionalizada com cinco itens - e.g. “Acho que devo participar em iniciativas colectivas que pretendam melhorar a cidade de Lisboa”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *discordo muito* a *concordo muito*.

## 2. *Identidade social com a cidade e bairro*

Esta variável foi operacionalizada com nove itens - e.g. “Sinto orgulho por viver no meu bairro”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *discordo muito* a *concordo muito*.

## 3. *Identidade social com os espaços verdes da cidade*

Esta variável foi operacionalizada com quatro itens - e.g. “Interesso-me muito pelos espaços verdes do meu bairro”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *discordo muito* a *concordo muito*.

## 4. *Identidade social com a Estufa-fria de Lisboa*

Esta variável foi operacionalizada com quatro itens - e.g. “Faço parte do grupo de visitantes da Estufa-fria de Lisboa”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *discordo muito* a *concordo muito*.

## 5. *Percepção de injustiça em processos de participação pública*

Esta variável foi operacionalizada com quatro itens - e.g. “A proximidade que os decisores políticos estabelecem com os cidadãos de Lisboa”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *muito insatisfeito* a *muito satisfeito*.

## 6. *Percepção de injustiça no processo de participação pública na Estufa-fria de Lisboa*

Esta variável foi operacionalizada com quatro itens - e.g. “A informação dada pelas autoridades sobre o que se passa com a Estufa-fria de Lisboa”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *muito insatisfeito* a *muito satisfeito*.

## 7. *Percepção de eficácia em processos de participação pública*

Esta variável foi operacionalizada com cinco itens - e.g. “Processos em que mais gente participa são processos mais eficazes”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *discordo muito* a *concordo muito*.

## 8. *Percepção de eficácia no processo de participação pública na Estufa-fria de Lisboa*

Esta variável foi operacionalizada com cinco itens - e.g. “Teremos uma Estufa-fria melhor se os políticos ouvirem mais os habitantes da cidade”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *discordo muito* a *concordo muito*.

#### 9. *Valores pós-materialistas*

Esta variável foi operacionalizada com cinco itens - e.g. “Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do governo”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *nada importante* a *muito importante*.

#### 10. *Posição política*

Esta variável foi operacionalizada com um item: “Em política, as pessoas falam de esquerda e direita. Como se situaria, quanto às suas posições políticas, nesta escala, em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita”.

#### 11. *Lugar de residência*

Esta variável foi operacionalizada com um item: “Se vive em Lisboa, indique por favor a sua freguesia de residência”. De acordo com a freguesia de residência, as respostas foram codificadas em viver *perto* e *longe* da Estufa-fria de Lisboa.

Do questionário consta ainda uma questão relativa ao grau de importância atribuído à opinião dos futuros visitantes da Estufa-fria de Lisboa, operacionalizada com sete itens – e.g. “Os cidadãos de Lisboa em geral”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de cinco pontos, que vai de *nada importante* a *muito importante*.

Foram ainda incluídas no questionário algumas variáveis socio-demográficas relevantes e identificadas com base nos estudos sobre a participação em movimentos sociais (Klandermans, 1984, 1986, 1997): sexo e idade.

## **VI. Resultados**

Neste capítulo apresentamos os resultados.

Dos 220 indivíduos inquiridos, 58,2% é do sexo feminino. Relativamente à idade, a amostra tem uma média de 26 anos, sendo que os indivíduos se distribuem da seguinte forma – 69,3% situa-se abaixo de 25 anos, 17,6% entre 25 e 50 anos e 13,2% acima de 50 anos. No

que diz respeito ao local de residência, 51,2% dos inquiridos afirma viver à volta da Estufa-fria de Lisboa, e os restantes 48,8% afirmam viver longe.

De seguida explicamos como foram construídos os factores que constituem o nosso Modelo. Indicamos os itens do questionário que operacionalizam cada factor, o seu nível de consistência interna, (valor de  $\alpha$ ) e ainda a média das respostas dadas a cada factor pelos inquiridos. Por fim, fazemos uma análise da capacidade preditiva de cada factor relativamente à variável final que tomamos como dependente, com base numa regressão linear que estabelecemos entre os factores, iniciais e os que acrescentámos, e o comportamento que pretendemos prever – a possibilidade dos cidadãos se envolverem em processos de participação pública.

A análise dos dados recolhidos através de inquérito foi efectuada utilizando o programa *Statistical Package for Social Sciences* versão 17.0 para Windows. Foram avaliados os níveis de consistência interna dos itens utilizados na construção das variáveis em estudo, medida através do coeficiente alfa de Cronbach e efectuadas várias análises factoriais, de modo a conseguirmos prever o comportamento da participação pública partindo das variáveis construídas. Para todos os testes estatísticos foi utilizado um nível de significância a 5% e a 0.1% (respectivamente,  $p < 0,05$  e  $p < 0,001$ ).

No Quadro 1 podemos observar os itens do questionário utilizados para avaliar o grau de envolvimento dos inquiridos em processos de participação pública.

Quadro 1 – Construção da variável em estudo:

VARIÁVEL FINAL	ITENS
ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	Acho que devo participar em iniciativas colectivas que pretendam melhorar a cidade de Lisboa.
	Tenciono associar-me ao processo de renovação da Estufa-Fria de Lisboa.
	Sinto-me motivado a participar em actividades desenvolvidas na Estufa-Fria de Lisboa.
	Quero participar no processo de renovação da Estufa-Fria de Lisboa em tudo o que puder.
	Os cidadãos de Lisboa irão visitar mais a Estufa-Fria de Lisboa depois da sua revitalização.

No Quadro 2 indicamos os factores que constituem o Modelo teórico inicial de Klandermans (1997), assim como os itens do questionários que permitem avaliar o impacto



destes factores na análise do grau de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública.

Quadro 2 – Construção das variáveis do Modelo:

VARIÁVEIS FINAIS (MODELO)	ITENS
PERCEPÇÃO DE INJUSTIÇA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	O envolvimento dos cidadãos de Lisboa nos processos de tomada de decisão sobre a cidade
	A proximidade que os decisores políticos estabelecem com os cidadãos de Lisboa
	O esforço que os decisores fazem para que os cidadãos de Lisboa participem nos projectos em espaços verdes da cidade
	O envolvimento dos cidadãos de Lisboa nos processos de tomada de decisão sobre a cidade
PERCEPÇÃO DE INJUSTIÇA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	A informação dada pelas autoridades sobre o que se passa com a Estufa-Fria de Lisboa
	A atenção dada pelos órgãos de decisão política à Estufa-Fria de Lisboa
	O esforço dos decisores políticos na divulgação de informação sobre a Estufa-Fria de Lisboa para os cidadãos de Lisboa
	A forma como decorreu o processo de decisão relativo à renovação da Estufa
PERCEPÇÃO DE EFICÁCIA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	Processos em que mais gente participa são processos mais eficazes.
	É importante que as pessoas se sintam envolvidas nos processos de decisão das suas cidades
	Os decisores políticos devem chamar os habitantes de Lisboa a decidir sobre o rumo da cidade
	Não faz diferença que eu me envolva nos processos de tomada de decisão sobre a cidade de Lisboa
	O afastamento dos cidadãos de Lisboa dos processos de decisão política que dizem respeito à cidade dá piores resultados
PERCEPÇÃO DE EFICÁCIA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	Teremos uma Estufa-Fria melhor se os políticos ouvirem mais os habitantes da cidade
	Quanto mais eu me envolver pessoalmente nas decisões sobre o futuro da Estufa-Fria de Lisboa melhor será o resultado final.
	Acredito que o sucesso da renovação da Estufa-Fria de Lisboa precisa do contributo de todos os cidadãos de Lisboa
	A eficácia do processo de decisão política na questão da revitalização da Estufa-Fria de Lisboa
	No processo de revitalização da Estufa-Fria de Lisboa quanto maior for o envolvimento dos habitantes melhor será o resultado final
IDENTIDADE SOCIAL COM A CIDADE E BAIRRO	Sinto orgulho por viver no meu Bairro
	Gosto de viver em Lisboa
	Lisboa foi o local que eu escolhi para viver
	Se pudesse, deixaria de viver em Lisboa
	Eu e as pessoas do meu bairro queremos o mesmo para Lisboa
	As pessoas que vivem em Lisboa têm uma maneira parecida de ver as coisas
	Lisboa precisa de ter pessoas que tenham opiniões de todos os tipos
Sinto-me um cidadão de Lisboa Sinto que os cidadãos de Lisboa não conhecem a cidade.	

IDENTIDADE SOCIAL COM OS ESPAÇOS VERDES DA CIDADE	Considero que os espaços verdes da cidade de Lisboa estão bem aproveitados
	Interesso-me muito pelos espaços verdes do meu Bairro
	Sinto que faço parte do grupo dos cidadãos de Lisboa que tiram proveito dos espaços verdes da cidade
	Os lisboetas visitam regularmente os espaços verdes que existem na cidade
IDENTIDADE SOCIAL COM A ESTUFA-FRIA DE LISBOA	Na Estufa-Fria de Lisboa sinto-me num lugar familiar
	Faço parte do grupo de visitantes da Estufa
	Considero que a Estufa-Fria de Lisboa é um dos espaços verdes mais importantes da cidade
	Acho que a Estufa-Fria de Lisboa vir a encerrar seria algo muito negativo para a cidade de Lisboa.

Finalmente, no Quadro 3, indicamos os itens que utilizámos para operacionalizar as variáveis que acrescentámos ao Modelo teórico inicial, como a mesma função de perceber o seu impacto na dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública.

Quadro 3 – Construção das variáveis novas do Modelo:

<b>VARIÁVEIS FINAIS</b>	
<b>(ACRESCENTADAS</b>	<b>ITENS</b>
<b>AO MODELO)</b>	
VALORES PÓS-MATERIALISTAS	Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do governo
	Defender a liberdade de expressão
	Proteger o ambiente e a natureza
	Aumentar a qualidade de vida nas cidades
	Participar na vida pública para além das eleições
POSIÇÃO POLÍTICA	Em política, as pessoas falam de esquerda e direita. Como se situaria, quanto às suas posições políticas, nesta escala, em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita? (Assinale, por favor, com um círculo à volta do número).

De seguida, no Quadro 4, é possível analisar o grau de correlação existente entre os itens que constituem cada factor, aferido através do teste de consistência interna do indicador –  $\alpha$  de Cronbach, à excepção da posição política cuja análise foi feita partindo dum único item. Também indicamos a média das respostas dadas pelos inquiridos a cada item, através das escalas de Likert de cinco pontos utilizadas, assim como o número de respostas que obtivemos a cada factor.

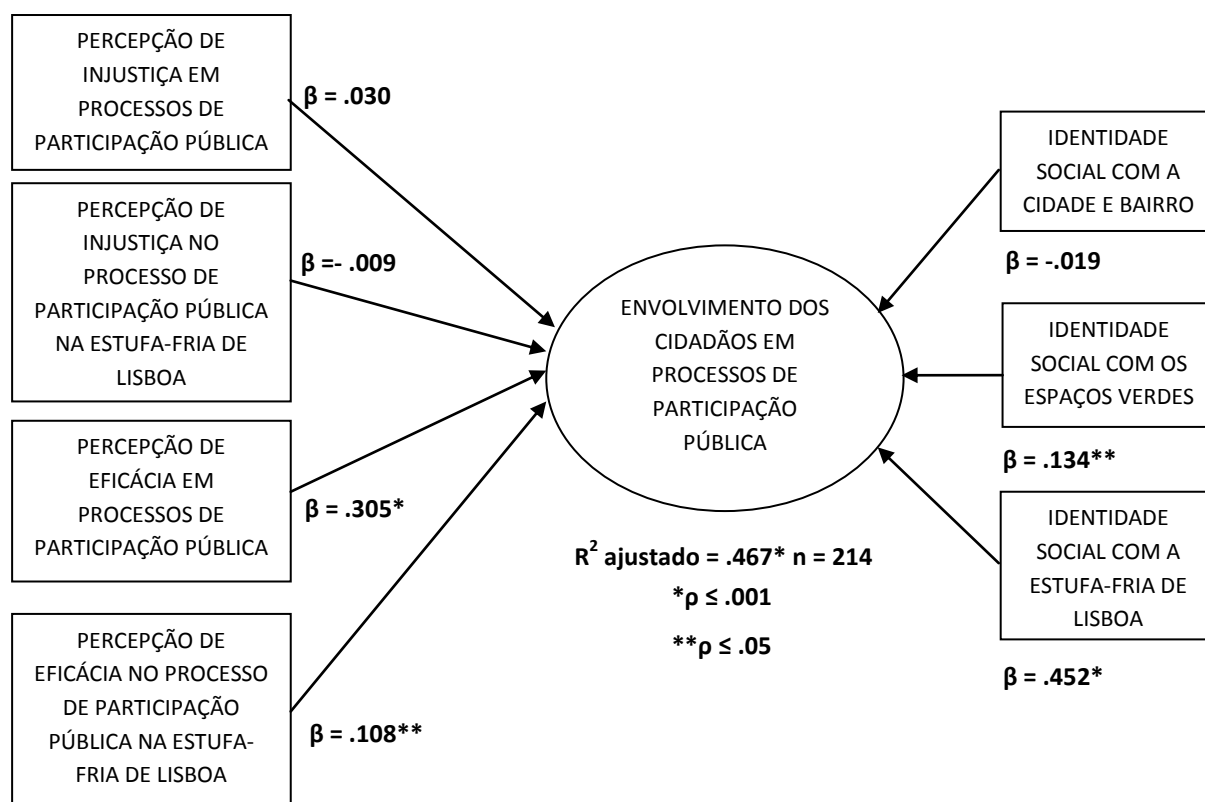
Quadro 4 – Variáveis finais:

VARIÁVEIS FINAIS	ALPHA ( $\alpha$ )	MÉDIA	N
PERCEÇÃO DE INJUSTIÇA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	0.781	2.73	219
PERCEÇÃO DE INJUSTIÇA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	0.902	2.47	216
PERCEÇÃO DE EFICÁCIA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	0.611	3.32	217
PERCEÇÃO DE EFICÁCIA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	0.809	3.79	219
IDENTIDADE SOCIAL COM A CIDADE E BAIRRO	0.649	3.79	220
IDENTIDADE SOCIAL COM OS ESPAÇOS VERDES DA CIDADE	0.472	3.52	220
IDENTIDADE SOCIAL COM A ESTUFA-FRIA DE LISBOA	0.667	3.48	220
VALORES PÓS-MATERIALISTAS	0.742	4.50	219
POSIÇÃO POLÍTICA		5.58	201
ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	0.814	3.40	220

### 1. Factores que influenciam o grau de envolvimento dos cidadão em processos de participação pública

Aplicando o Modelo Psicossocial de Klandermans (1997), de modo a conseguir perceber se existia de facto uma relação de dependência entre os factores integrantes do próprio modelo – percepção de injustiça (em processos de participação pública e em processos de participação pública na Estufa-fria de Lisboa), percepção de eficácia (em processos de participação pública e em processos de participação pública na Estufa-fria de Lisboa) e a identidade social (com a cidade e bairro; com os espaços verdes da cidade e com a Estufa-fria de Lisboa), verificamos através da Figura 2 que a capacidade de previsão do modelo da variação no grau de *envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública* está próximo da metade.

Figura 2 – Factores que contribuem para prever a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública – factores iniciais do modelo teórico:



Ou seja, a conjugação destes factores explica 46.7% da variação encontrada no grau de *envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública*, revelando ser um modelo adequado.

Como se poder verificar, tal não se deve apenas ao facto de estarmos perante um modelo estatisticamente bom ( $p < .001$ ), mas também porque dos sete factores que integram o modelo, quatro destacam-se pelo impacto estatisticamente significativo e pela força de associação que estabelecem com o grau de *envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública*, são eles:

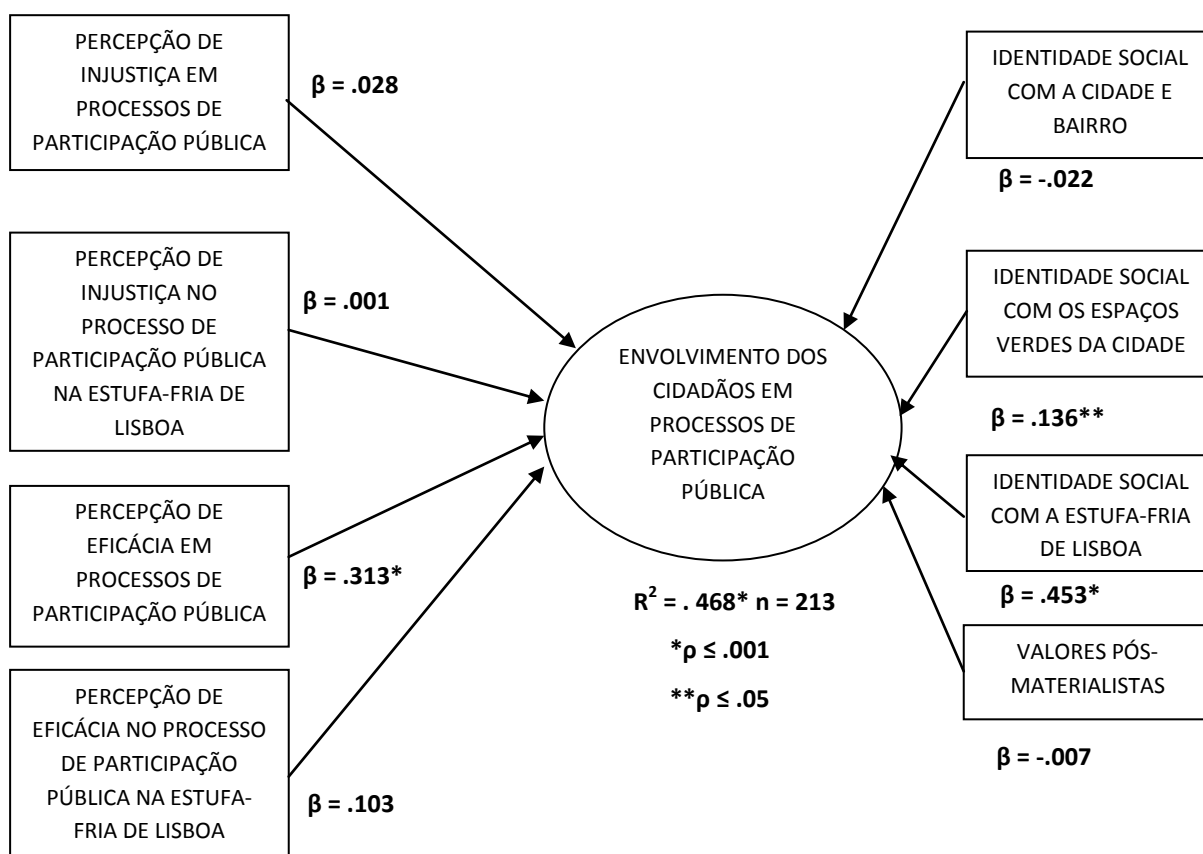
- *Percepção de eficácia em processos de participação pública* (com valores de  $\beta$  de cerca de .31, com  $p < 0.001$ );
- *Percepção de eficácia em processos de participação pública na Estufa-fria de Lisboa* (com valores de  $\beta$  de cerca .11, com  $p < 0.05$ );
- *Identidade social com os espaços verdes da cidade* (cerca de .13, com  $p < 0.05$ );

- *Identidade social com a Estufa-fria de Lisboa*, que revela ter o maior peso de contributo (cerca de .45 com  $p < 0.001$ ).

### 1.1 Adição do Factor - Valores Pós-Materialistas

De entre as nossas hipóteses de estudo, decidimos acrescentar ao Modelo Psicossocial de Klandermans (1997) uma nova variável a partir da teoria dos Novos Valores Sociais de Inglehart (1995), mais precisamente, decidimos avaliar a influência dos *valores pós-materialistas* na capacidade de previsão do modelo do comportamento de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública.

Figura 3 – Influência do factor valores pós-materialistas na dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública:



Constatámos que nada se passa ao acrescentar os valores pós materialistas. Ou seja, a previsão do modelo da variação do *envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública* mantém-se em 47% (com  $p < 0.001$ ). Os *valores pós-materialistas* apresentam um valor de beta negativo,  $\beta = -0.007$ , sem revelar significado estatístico. O factor *percepção de eficácia em processos de participação pública na Estufa-fria de Lisboa* perdeu significado estatístico.

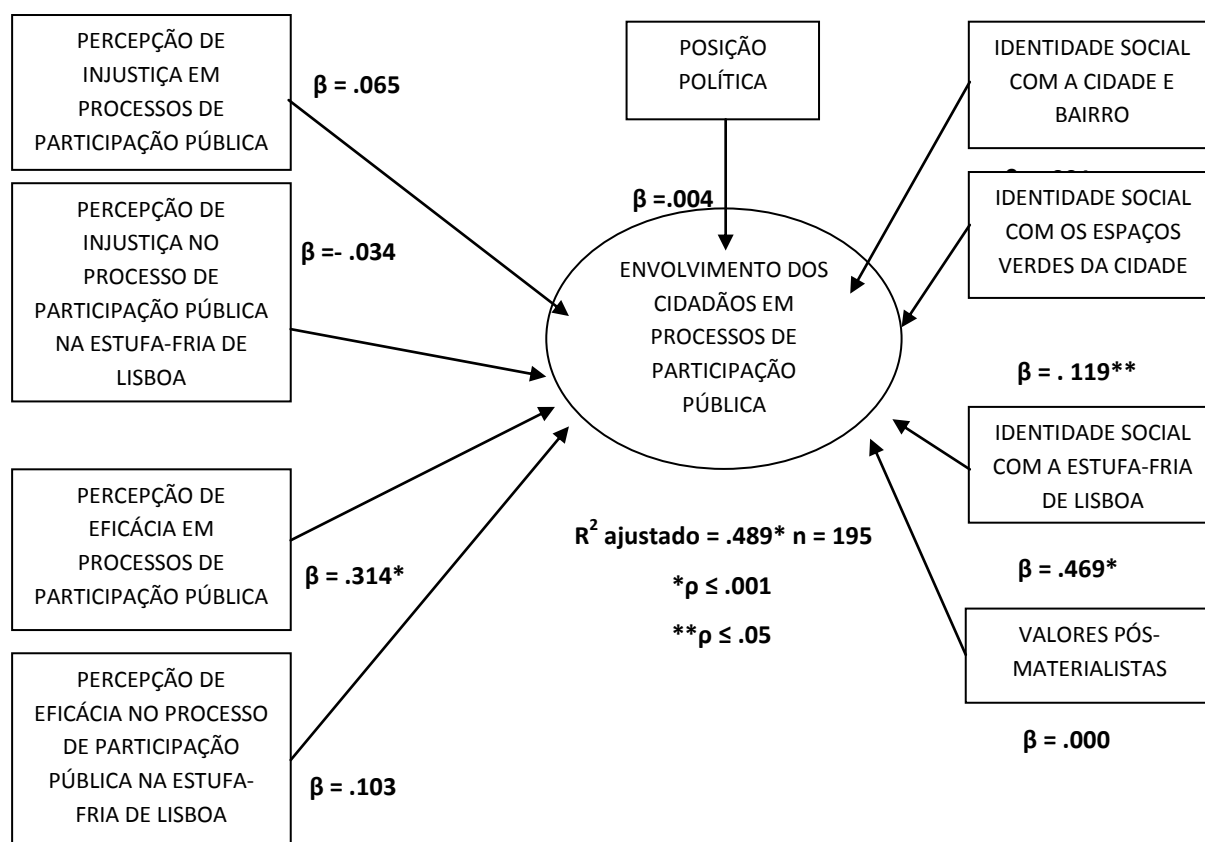
Para a capacidade explicativa do modelo se manter em cerca de metade, constatamos alterações ao nível da contribuição de outros factores, ou seja, ao nível dos valores beta:

- *Percepção de eficácia em processos de participação pública* (cerca de .31, com  $\rho < 0.001$ );
- *Identidade social com os espaços verdes da cidade* (cerca de .14, com  $\rho < 0.05$ );
- *Identidade social com a Estufa-fria de Lisboa*, que se mantém como tendo o maior poder de associação (cerca de .45 com  $\rho < 0.001$ ).

## **1.2 Adição do Factor – Posição Política**

Para além dos valores pós-materialistas, decidimos também avaliar em que medida a posição política dos cidadãos, ou seja, se o facto de votarem mais à esquerda ou mais à direita influencia a dinâmica de participação pública dos indivíduos.

Figura 4 - Influência do factor valores pós-materialistas e da posição política na dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública:



Ao analisarmos os resultados verificamos que, apesar do factor *posição política* não ter revelado impacto estatisticamente significativo, o poder de previsão do modelo no seu conjunto sofreu um ligeiro aumento. Assim, o poder de contribuição de todos estes factores resulta numa capacidade de previsão do modelo de perto de 49% ( $\rho \leq .001$ )

Para este aumento na capacidade explicativa do modelo contribuíram os seguintes factores com os respectivos valores de beta:

- *Percepção de eficácia em processos de participação pública* (cerca de .31, com  $\rho < 0.001$ );
- *Identidade social com os espaços verdes da cidade*, sofre um ligeiro decréscimo na sua contribuição (cerca de .12, com  $\rho < 0.05$ );
- *Identidade social com a Estufa-fria de Lisboa*, que se mantém como tendo o maior poder de previsão (cerca de .47 com  $\rho < 0.001$ ).

## 2. Factores que influenciam o grau de envolvimento dos cidadão em processos de participação pública moderados pelo local de residência

Para além da adição dos *valores pós-materialistas* e da *posição política*, considerámos que seria igualmente relevante perceber em que medida o facto de as pessoas viverem perto ou longe da Estufa-fria de Lisboa, poderia influenciar o seu grau de envolvimento em processos de participação pública. Neste sentido, procedemos de seguida exactamente às mesmas análises que anteriormente, com a diferença de que as fazemos em separado para quem vive *longe* e para quem vive *à volta*.

Para uma melhor compreensão das diferenças encontradas entre o grupo de cidadãos que vive *à volta* e o grupo de cidadãos que vive *longe*, optámos por elaborar tabelas comparativas dos valores de  $R^2$  ajustado e dos valores de beta relativos ao modelo para ambas as situações, primeiramente para o modelo teórico inicial e depois para o modelo com os factores que acrescentámos (Quadro 5).

Figura 5 - Factores iniciais do modelo que contribuem para prever a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública – para quem reside *à volta*:

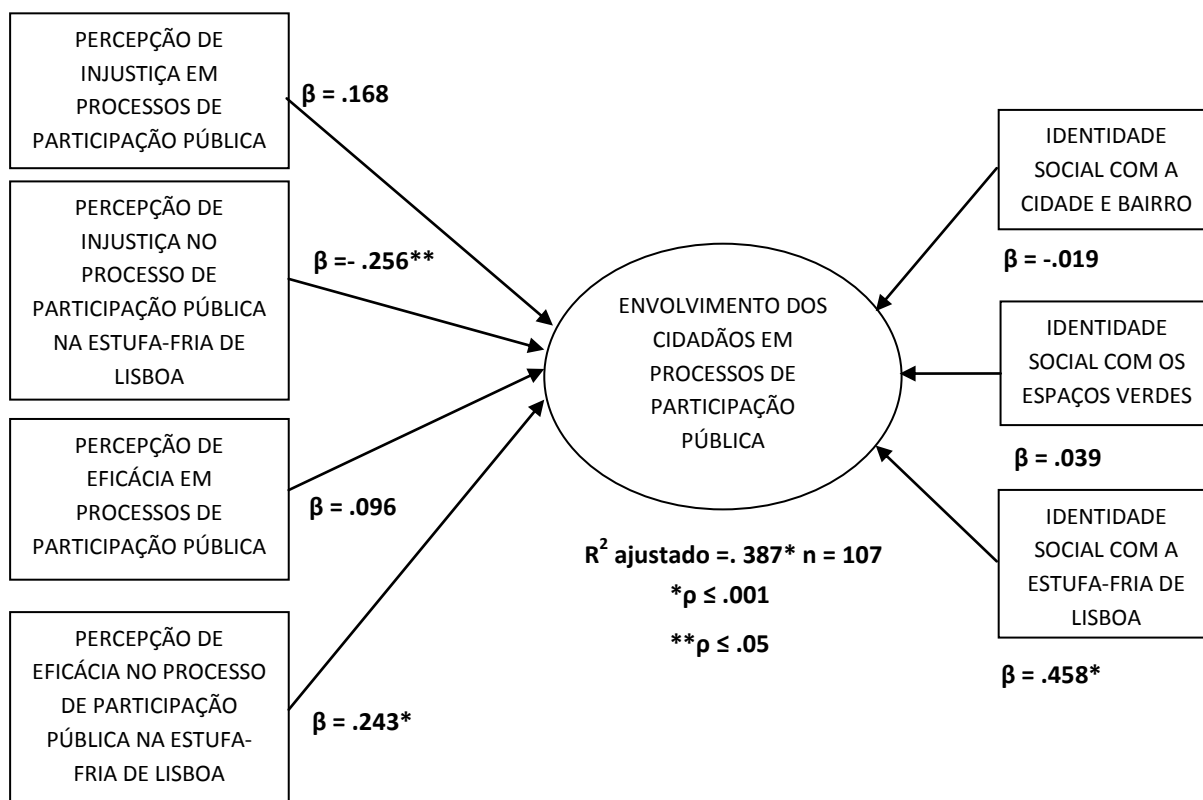
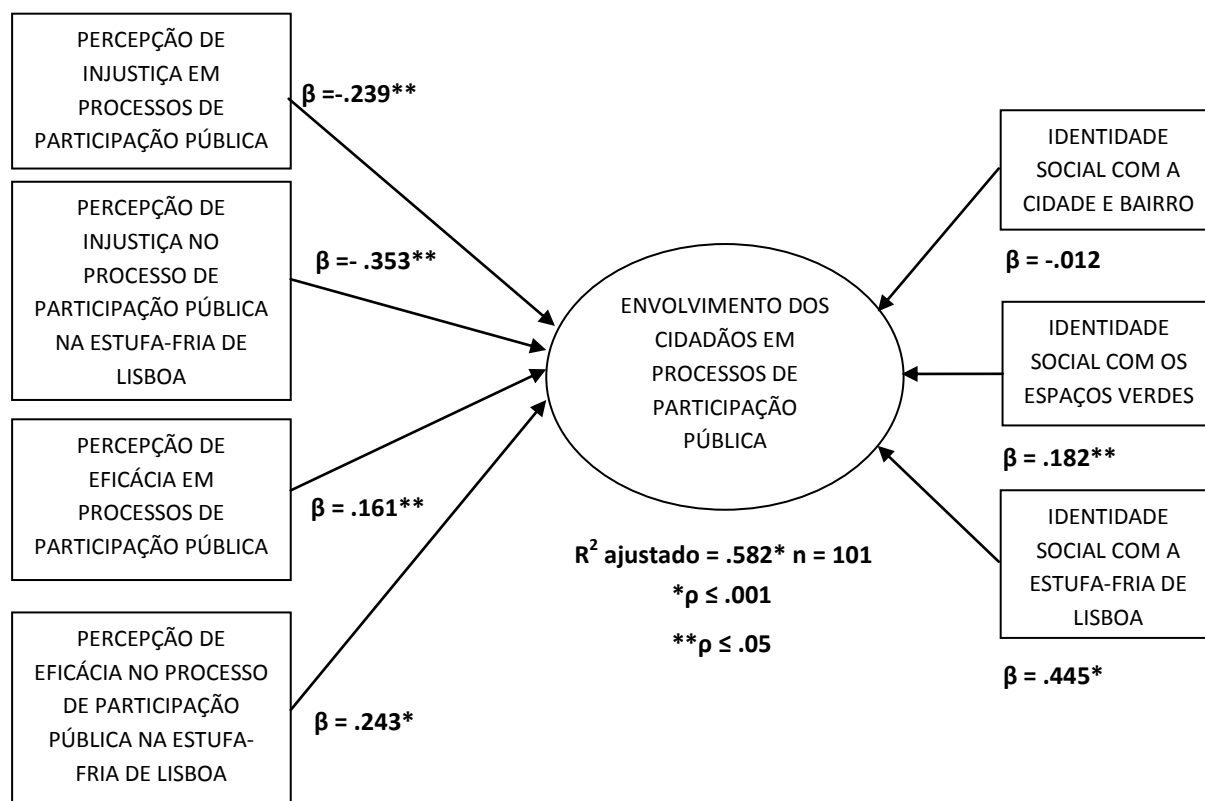




Figura 6 - Factores iniciais do modelo que contribuem para prever a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública – para quem reside *longe*:



Quadro 5 – Comparação dos valores de R<sup>2</sup> ajustado e dos valores de beta dos factores iniciais do modelo entre quem vive à volta e longe:

FACTORES	VALORES DE $\beta$		$\Delta \beta$
	À VOLTA $R^2 = .387^* n = 107$	LONGE $R^2 = .582^* n = 101$	
PERCEÇÃO DE INJUSTIÇA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	.168	-.239**	↑
PERCEÇÃO DE INJUSTIÇA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	-.256**	-.353**	↑
PERCEÇÃO DE EFICÁCIA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	.096	.161**	↑
PERCEÇÃO DE EFICÁCIA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	.243*	.338*	↑

IDENTIDADE SOCIAL COM A CIDADE E BAIRO	-.019	-.012	=
IDENTIDADE SOCIAL COM OS ESPAÇOS VERDES DA CIDADE	.039	.182**	↑
IDENTIDADE SOCIAL COM A ESTUFA-FRIA DE LISBOA	.458*	.445*	↓

\* $p \leq .001$

\*\* $p \leq .05$

Pela análise da tabela, verificamos que os mesmos factores quando avaliados para quem vive *longe* da Estufa-fria de Lisboa, revelam ter no seu conjunto uma maior capacidade explicativa da variação do grau de *envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública* (à volta 38.7% e *longe* 58.2%, ambos com significado estatístico). Relativamente ao contributo de cada factor, em ambas as situações, verificamos que cabe ao factor *identidade social com a Estufa-fria de Lisboa* o maior peso de associação com valores de beta arredondados correspondentes a .46 e .45, respectivamente para quem vive *à volta* e para quem vive *longe*. De salientar que os outros factores assumem pesos distintos nas situações de indivíduos que residam *à volta* ou residam *longe*:

- *Percepção de injustiça no processo de participação pública na Estufa-fria de Lisboa* tem um impacto estatisticamente significativo no sentido inverso para quem afirma residir *à volta* e *longe*, ou seja, quanto mais os indivíduos de ambos os grupos de residência percepcionarem injustiça neste processo menos estes vão querer envolver-se numa dinâmica de participação pública. Os valores de beta correspondentes a quem reside *à volta* e *longe* são, respectivamente, -.256 e -.353.
- *Percepção de eficácia em processos de participação pública na Estufa-fria de Lisboa* revela ter significado estatístico em ambos os casos, sendo no grupo dos residentes *longe* que se verifica a maior força de associação deste factor ( .34 >.24).
- *Identidade social com a Estufa-fria de Lisboa*, revela ter mais uma vez o maior peso de contributo no modelo estatisticamente significativo. Este factor apresenta para quem reside *à volta* e *longe* os seguintes valores de beta: .458 e .445.

## 2.1 Adição dos factores – valores pós-materialistas e posição política

Figura 7 - Factores acrescentados ao modelo para quem reside *à volta*:

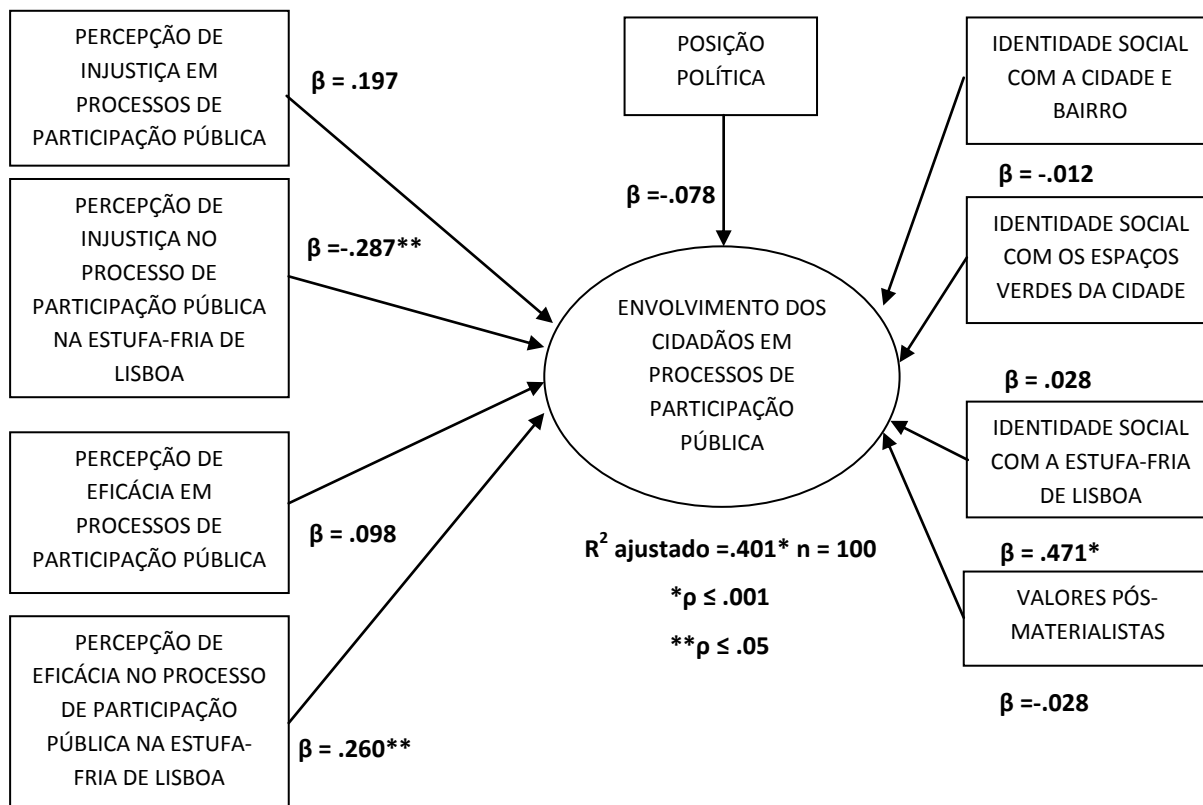
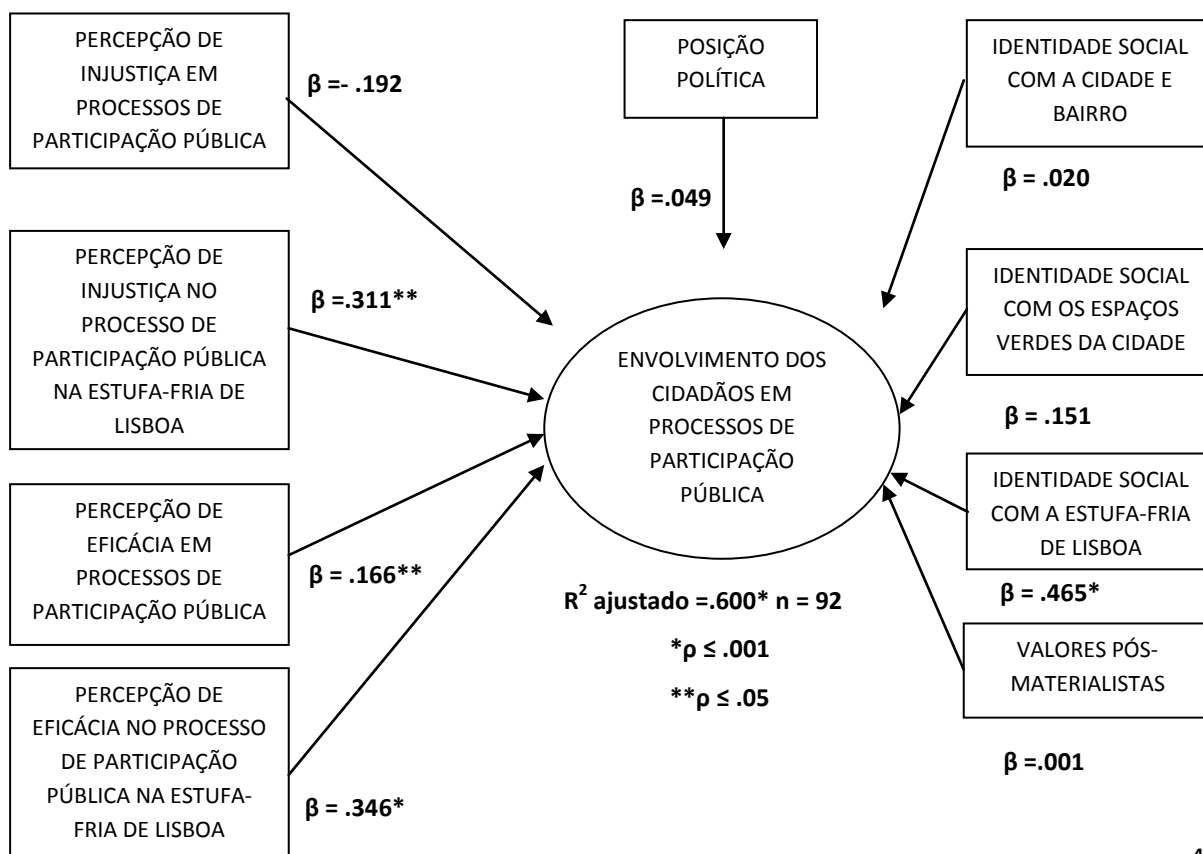


Figura 8 – Factores acrescentados ao modelo para quem reside *longe*:



Quadro 6 – Comparação dos valores de R2 ajustado e dos valores de beta dos factores iniciais do modelo mais os factores acrescentados entre quem vive à volta e longe:

FACTORES	VALORES DE $\beta$		$\Delta \beta$
	À VOLTA $R^2 = .401^* n = 100$	LONGE $R^2 = .600^* n = 92$	
PERCEPÇÃO DE INJUSTIÇA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	.197	-.192	=
PERCEPÇÃO DE INJUSTIÇA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	-.287**	.311**	↑
PERCEPÇÃO DE EFICÁCIA EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	.098	.166**	↑
PERCEPÇÃO DE EFICÁCIA NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA ESTUFA-FRIA DE LISBOA	.260**	.346*	↑
IDENTIDADE SOCIAL COM A CIDADE E BAIRRO	-.012	.020	↑
IDENTIDADE SOCIAL COM OS ESPAÇOS VERDES DA CIDADE	.028	.151	↑
IDENTIDADE SOCIAL COM A ESTUFA-FRIA DE LISBOA	.471*	.465*	↓
VALORES PÓS-MATERIALISTAS	-.028	.001	=
POSIÇÃO POLÍTICA	-.078	.049	=

\* $p \leq .001$   
\*\* $p \leq .05$

Finalmente avaliamos o impacto da adição ao modelo teórico inicial dos factores *valores pós-materialistas* e posição política, comparando as situações de residir *longe* ou *à volta* da Estufa-fria de Lisboa. Assim, verificamos que a capacidade explicativa do modelo, para ambas as situações, não sofre grandes alterações, atingindo um grau de previsão da dinâmica de envolvimento dos indivíduos que residem *à volta* de 40% e de 60% para quem reside *longe*.

Quanto aos factores adicionados, de salientar que nem o factor *valores pós-materialistas* nem o factor posição política demonstram ter significado estatístico no modelo. Ou seja, o ligeiro aumento que verificamos ao nível da capacidade explicativa ao modelo da variação encontrada no grau de *envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública*, deve-se aos factores iniciais do modelo:

- *Percepção de injustiça no processo de participação pública na Estufa-fria de Lisboa* comporta-se nesta situação de maneira diferente da verificada anteriormente, já que embora assuma para quem vive *à volta* e para quem vive *longe* significado estatístico, no grupo dos inquiridos que reside *à volta*, este factor tem um peso no sentido inverso, ou seja, quanto mais os indivíduos que vivem *à volta* percepcionarem injustiça neste processo menos vão querer participar, valor de beta igual a  $-.287$ . Quanto ao grupo dos inquiridos que residem *longe*, este factor assume um peso de associação de  $.311$ .
- *Percepção de eficácia no processo de participação pública na Estufa-fria de Lisboa* tem novamente um impacto estatisticamente significativo no modelo para ambas as situações, com valores de beta ligeiramente superiores aos verificados antes de adicionar os novos factores com  $.260$  e  $.346$  para quem vive *à volta* e *longe*.
- *Identidade social com a Estufa-fria de Lisboa* surge mais uma vez como o factor com o maior peso de associação, com valores de beta correspondentes a  $.47$  e  $.465$ , para quem reside *à volta* e *longe*.

## VII. Discussão e conclusões

Com este trabalho, foi nosso principal objectivo compreender a dinâmica de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública, aproveitando o encerramento da Estufa-fria de Lisboa para dinamizar um processo de consulta e participação públicas relativo à revitalização deste espaço. Para tal, recorreremos à recolha de informações junto de diversos grupos de cidadãos que estariam de alguma forma relacionados com a Estufa-fria de Lisboa e orientámos a nossa análise com base no modelo teórico de Klandermans sobre a acção colectiva (1997).

Neste sentido, identificámos os factores que teoricamente constituem um modelo capaz de prever o envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública, como seja, neste caso, participar activamente no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa,

e fomos acrescentando, em dois momentos distintos, outros dois factores que considerámos relevantes avaliar. Relativamente ao impacto dos factores iniciais, e ao peso do seu contributo para a capacidade de previsão do modelo do grau de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública, constatámos que o factor identidade social, mais particularmente um dos três subfactores que tiveram origem neste, a identidade social com a Estufa-fria de Lisboa, revelou ser aquele que maior contributo deu à capacidade explicativa do modelo, com valores de beta sistematicamente acima de .40 e com significado estatístico em todas as análises.

A identidade social, designada por identidade colectiva por alguns autores na literatura, tem um papel fundamental em situações de mudança social objectiva, de que é exemplo o processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, como afirmaram Taylor & Whittier, 1992 (citado por Klandermans, 2002). Podemos então concluir que, face à possibilidade de participar no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, são os indivíduos inquiridos que mais fortemente se identificam com este espaço, ou seja, que maior importância atribuem à dinâmica de interacção que estabelecem entre si neste contexto específico, os que mais disponíveis estão para se envolverem activamente.

Um outro factor que foi demonstrando um comportamento estatisticamente significativo, contribuindo fortemente para a capacidade explicativa do modelo, foi a percepção de eficácia dos indivíduos. A percepção de eficácia está intimamente relacionada com a possibilidade de os cidadãos se envolverem em acções colectivas, pois retomando o que van Zomeren et al. (2008) afirmaram, os cidadãos inquiridos tendem a envolver-se tanto mais numa acção colectiva em prol da Estufa-fria de Lisboa quanto mais acreditarem que o seu envolvimento reforça a probabilidade de atingirem os seus objectivos para aquele espaço. Consideramos por isso que a percepção de eficácia no processo de participação pública na Estufa-fria de Lisboa consiste num desejo designado de *motivação instrumental*, de os cidadãos se decidirem a envolver-se em acções colectivas, a propósito da revitalização do espaço em causa.

Por outro lado, a percepção de injustiça, que constitui também um factor do modelo teórico, não revela ter em nenhuma fase das análises que foram feitas significado estatístico, nem quando se trata da percepção de injustiça em processos de participação pública em geral, nem no caso particular da Estufa-fria de Lisboa. Ora tendo em conta o que a literatura nos diz sobre este factor, nomeadamente a Teoria da Privação Relativa (TPR) de Runciman (1966) que, como já mencionámos anteriormente, propõe que a acção colectiva é tanto mais provável

quanto mais os indivíduos experienciarem sentimentos subjectivos de injustiça - privação fraterna, ou seja, sempre que estes sentimentos se baseiam na comparação social entre os grupos – caso do grupo dos indivíduos inquiridos face às outras partes envolvidas no processo – em oposição à privação egoísta, sentimentos que advêm da comparação entre os indivíduos dum mesmo grupo, estes dados são surpreendentes. O que constatamos com os resultados obtidos é que, em alguns casos, verifica-se o inverso do que preconiza a TPR, ou seja, verifica-se que quanto mais os cidadãos percebem injustiça no processo de participação pública na Estufa-fria de Lisboa, menos tendência têm em querer envolver-se em acções colectivas relacionadas com este espaço. E assim, esta análise passa a ter significado estatístico quando feita com o grupo de cidadãos que afirma residir à volta em separado do grupo de cidadãos que afirma residir longe, pois os valores de beta são geralmente negativos, o que vai exactamente no sentido oposto ao que seria de esperar de acordo com a TPR.

Vale a pena no entanto referir que, embora primeiramente a TPR proponha que a acção colectiva tem origem em sentimentos de injustiça, estudos posteriores vieram colocar o foco nas interpretações cognitivas que cada um faz de injustiça (Smith & Ortiz, 2002). Estes estudos remetem-nos para outras áreas de investigação como seja a das emoções intergrupais a qual aponta uma possível explicação para o facto de, no caso particular, a percepção de injustiça não evoluir de forma directamente proporcional ao grau de envolvimento dos cidadãos no processo de participação na revitalização da Estufa-fria de Lisboa. Mais exactamente, esta área de investigação propõe que são as emoções, com origem no grupo de pertença, como a raiva, o mecanismo responsável por estabelecer a disponibilidade para a acção colectiva dos grupos. Ou seja, sentimentos como a raiva motivam a acção colectiva dos grupos, na medida em que invocam acções específicas de modo a confrontar os responsáveis pela injustiça de que o grupo é alvo (Frijda, 1986, citado por van Zomeren et al. 2008). Podemos então afirmar que o facto destes cidadãos, ao perceberem injustiça no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, não sentirem vontade em participar activamente do mesmo, pode ser explicado com base na ausência nestes indivíduos de emoções partilhadas, como a raiva, que desencadeiem acções colectivas.

Para além dos factores que inicialmente já constituíam o modelo teórico que foi utilizado no presente trabalho, decidimos avaliar o posicionamento valorativo dos inquiridos. Partindo da abordagem dos novos movimentos sociais, seria de esperar que os valores pós-materialistas contribuíssem para que os inquiridos sentissem uma vontade maior em participar activamente no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, o que não se verificou.

Igualmente, seria de esperar que o grau de envolvimento dos cidadãos no processo de participação pública fosse influenciado pela opção ideológica dos cidadãos situar-se mais à esquerda ou mais à direita. Também este factor não se comportou como previmos, na medida em que não revelou ter peso estatisticamente significativo ao longo das várias análises que fomos fazendo, à semelhança dos valores pós-materialistas.

A avaliação do impacto de todos os factores em análise no grau de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública foi feita, em separado, para o grupo dos inquiridos que disseram residir à volta e para o grupo dos inquiridos que disseram residir longe. De acordo com a literatura, e particularmente com o modelo de Klandermans, seria de esperar que o local de residência funcionasse como um mediador da vontade em participar, no sentido em que quem residisse à volta da Estufa-fria de Lisboa sentiria uma maior identificação com o espaço e, por isso, um maior envolvimento com o seu processo de revitalização. Pela análise dos dados obtidos constatámos no entanto o inverso, ou seja, é no grupo dos indivíduos que dizem residir longe deste espaço, que o modelo assume maior capacidade de previsão do comportamento de previsão dos indivíduos. Com o intuito de melhor entender este resultado, vale a pena referir o que a literatura nos diz sobre o sentido de comunidade.

O conceito de comunidade pode ser visto sob essencialmente duas perspectivas: comunidade associada a uma noção territorial, referindo-se neste caso ao bairro ou cidade, assumindo ainda assim um sentido de pertença a uma zona em particular; ou comunidade como estando mais ligada às relações humanas, na medida em que remete para a partilha de interesses comuns (Gusfield, 1975, citado por Obst et al. 2002). Chavis & Pretty, 1999, afirmam que possuir sentido de comunidade é como possuir um catalisador da participação cívica, ideia que ultimamente foi sendo interiorizada pelos governos e pelas organizações comunitárias. Este sentido de comunidade desenvolve-se com base na construção desse mesmo grupo a partir de iniciativas colectivas, ou seja, os indivíduos têm de se sentir relacionados uns com os outros e trabalhar colectivamente em tarefas concretas, pois só assim tomam consciência dos recursos colectivos disponíveis.

Com base no que a literatura nos diz sobre o sentido de comunidade, parece-nos que o grupo dos inquiridos que disse residir à volta, não está nas melhores condições para poder *construir* este sentido de comunidade e então usufruir do seu impacto ao nível da participação cívica. Ou seja, aquele grupo de cidadãos que seria de esperar estar mais envolvido civicamente com a comunidade a que pertence poderá estar a ser vítima de distractores que



não permitem o grupo de se envolver activamente no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa, mas sobretudo poderão não ter tido, ao longo do tempo, muitas oportunidades de desempenhar tarefas colectivamente, de modo a reforçar o seu elo de ligação ao espaço e entre os próprios indivíduos. Sendo assim, o seu sentido de comunidade poderá estar bastante abaixo do necessário para que funcione como catalisador da participação cívica. Paralelamente ao facto de este grupo de cidadãos que reside à volta, não se sentir envolvido na sua própria comunidade territorial, pelas razões já apontadas, assistimos ao crescente sentido de comunidade no seio do grupo dos cidadãos que reside longe deste espaço. Podemos afirmar que, neste último, se estabeleceu um sentido de comunidade baseado nas relações humanas, na medida em que os cidadãos se viram consultados e participando dum processo sobre um espaço que, apesar não pertencer à sua área geográfica de comunidade, está suficientemente presente para que estes cidadãos se sintam valorizados pelo facto de serem chamados a dar a sua opinião.

Atendendo aos objectivos específicos deste trabalho, mencionados no capítulo relativo aos mesmos, e face aos resultados obtidos com os factores do modelo teórico, podemos concluir que, de facto, estes factores constituem, no seu conjunto, um modelo adequado à previsão do comportamento da participação pública, entendendo este como exemplo duma acção colectiva. Tal confirma-se, observando o elevado poder explicativo do modelo que, em determinadas situações, explica mais de metade da variação encontrada no comportamento em análise – grau de envolvimento dos cidadãos em processos de participação pública. O sentimento de identidade com outros potenciais utilizadores e a responsabilização dos decisores políticos pelo estado actual de governação da cidade e do envolvimento dos cidadãos no processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa e a crença de que através da participação dos futuros utilizadores, o processo de revitalização da Estufa-fria de Lisboa pode trazer melhores resultados, são factores que verificámos influenciar a tendência dos indivíduos para o envolvimento em acções colectivas. Neste sentido o que prevíamos inicialmente, no que diz respeito ao impacto destes factores na participação pública, veio a confirmar-se, à excepção, como já referimos, do sentimento de injustiça que a literatura sugere ocorrer associado a emoções colectivas para que desencadeie a participação cívica.

## VIII. Recomendações

Sobre o entendimento que a sociedade foi tendo sobre a participação pública, duas análises poderão ser feitas sobre a origem da transformação de um modelo informativo para um modelo dialógico. Por um lado, podemos falar das instituições, das organizações que detêm o poder e que gerem as decisões políticas que afectam os cidadãos. Estas terão ao longo dos tempos verificado a falência dum modelo de implementação das políticas que exclui à partida o alvo dessas mesmas políticas, ou seja, o cidadão, verificando assim que não bastava informar era então necessário chamá-lo a participar. Neste sentido, o sistema técnico-político optou por começar a partilhar com o sistema leigo a responsabilidade da decisão com base na ideia de que ao tornar estas decisões mais partilhadas e participadas, estas seriam necessariamente mais democráticas e mais eficazes. Por outro lado, é possível outra interpretação sobre o que tem motivado a progressiva preocupação com a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, e esta estará mais ligada à consciência que o próprio cidadão foi tomando relativamente à eficácia das decisões que apelam à participação pública. Esta dualidade de perspectivas merece um maior aprofundamento, na medida em que consideramos relevante perceber se, o aumento da participação do público nos processos de tomada de decisão política, resulta da necessidade que as próprias instituições e governos foram sentindo ao verificarem a ineficácia de algumas políticas, ou se parte da acção dos próprios cidadãos. Ou seja, tentar perceber se esta transformação se trata de mais um fenómeno *top-down* – das instituições para os cidadãos - ou se assistimos a algo que vai mais no sentido *bottom-up* – dos cidadãos para as instituições.

## IX. Referências bibliográficas

Agenda 21 – Documento da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e

Desenvolvimento (1992). Retirado em 31 de Outubro de 2010 de

<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>

Allen, N. e Meyer, J. P. (1990). The measurement and antecedents of affective,

continuance and normative commitment to the organization. *Journal of Occupational Psychology*, 63, 1-18.

Batel, S. (2010). *Participação Pública entre Normas e Factos: Uma Análise Psico-Social*.

Tese de Doutoramento em Psicologia Social e Organizacional. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Beierle, T. (1998). Public Participation in Environmental Decisions: An Evaluation

Framework Using Social Goals. Washington, DC: Resources for the future. Retirado em 31 de Novembro de 2010 de <http://www.rff.org/documents/rff-dp-99-06.pdf>

Câmara Municipal de Lisboa, (2008). *Carta de Princípios do Orçamento Participativo*.

Retirado em 20 de Setembro de 2010 de [http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/Carta\\_Principios.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/Carta_Principios.pdf).

Câmara Municipal de Lisboa, (2009). *Carta Estratégica de Lisboa*.

Retirado em 20 de Setembro de 2010 de: <http://cartaestrategica.cm-lisboa.pt/index.php?id=393>.

Câmara Municipal de Lisboa, (2007). *Lisboa Verde*. Retirado em 20 de Setembro de 2010 de

<http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=3918>).

Carta de Aalborg (1994). Retirado em 31 de Outubro de 2010 de

<http://www.futurosustentavel.org/gca/?id=11>

Carvalho, H. (2008a). Modelo de Regressão Linear Simples: Conceitos, exemplificação e

- interpretação. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Carvalho, H. (2008b). Modelo de Regressão Linear Simples: Ficha Técnica. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Carvalho, H. (2008c). Regressão Linear Múltipla: Ficha Técnica. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Carvalho, H. (2008d). Regressão Linear Múltipla: Conceitos, exemplificação e interpretação. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Castro, P. (2002). *Natureza, Ciência e Retórica na Construção social da ideia de Ambiente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Crisóstomo, S. (2009). *O Envolvimento das Pessoas que Vivem com VIH/Sida nas Políticas Públicas de Saúde*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 120 pp.
- Chavis, D. e Pretty, G. (1999). Sense of community: advances in measurement and application. *Journal of Community Psychology*, 27, 635-642.
- De Weerd, M. e Klandermans, B. (1999). Group Identification and political protest: farmer's protest in the Netherlands. *European Social Journal of Social Psychology*, 29, 1073-1095.
- Edwards, G. (2008). The 'Lifeworld' as a Resource for Social Movement Participation and the Consequences of its Colonization. *Sociology*, 42, 299-316.
- Freire, A. (2003). Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa. In J. Vala, M. V. Cabral & A. Ramos (Eds.). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa* (1ª ed.) (p. 295-353). Lisboa:

- Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Guerreiro, L. (2003). A democracia e o local. In Manifesto. *Crise e renascimento da política*, 74-83.
- Klandermans, B. (1984). Mobilization and participation in trade union action: An expectancy-value approach. *Journal of Occupational Psychology*, 57, 107-120.
- Klandermans, B. (1986). Psychology and trade union participation: Joining, acting, quitting. *Journal of Occupational Psychology*, 59, 189-204.
- Klandermans, B. (1989). Union Commitment: Replications and Tests in the Dutch Context. *Journal of Applied Psychology*, 74, 869-875.
- Klandermans, B. (1997). *The Social Psychology of protest*. Oxford: Blackwell Publishers Ltda.
- Klandermans, B. (2002). How group identification helps to overcome the dilemma of collective action. *American Behavioral Scientist*, 45, 887-900.
- Klandermans, B., Sabucedo, J. M. e Rodriguez, M. (2004). Inclusiveness of identification among farmers in the Netherlands and Galicia. *European Social Journal of Social Psychology*, 34, 279-295.
- Meltzoff, J. (1998). *Critical Thinking About Research: psychology and related fields*. Washington, DC : American Psychological Association..
- Michels, A. (2004). *Citizen participation and democracy in the Netherlands*. Simpósio conduzido no *National Traditions of Democratic Thought*, ECPR Joint Sessions, Uppsala, Suécia.
- Monteiro, M. B. (2004). Conflito e negociação entre grupos. In: J. Vala, & M. B. Monteiro (Eds.). *Psicologia Social* (6ª ed.) (pp. 411-450). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Mugny, G. (1982). *The power of minorities*. Nova Iorque: Academic Press.
- Neves, J. (2001). Estruturas Organizacionais. In: J. Ferreira, J. Neves & A. Caetano (Eds.). *Manual de Psicossociologia das Organizações* (1ª ed.) (pp. 469-500). Lisboa: McGraw-Hill.
- Obst, P., Zinkiewicz, L. & Smith, S. (2002). Sense of community In science fiction fandom, part 1: understanding sense of community in an international community of interest. *Journal of Community Psychology*, 30, 87-103.
- OECD (2001), *Citizens as Partners: Information, Consultation and Public Participation in Policy-making*, Paris: OECD.
- Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção (1996). Retirado em 31 de Outubro de 2010 de <http://www.futurosustentavel.org/gca/?id=11>
- Simon, B., Loewy, M., Stürmer, S., Weber, U., Kampmeier, C., Freytag, P. et al. (1998). Collective identity and social movement participation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 646-658.
- Simon, B. & Klandermans, B. (2001). Politicized Collective Identity – a social psychological analysis. *American Psychologist*, 5, 319-331.
- Simon, B. & Oakes, P.(2006). Beyond dependence: An identity approach to social power and domination. *Human Relations*, 59, 1-57.
- Smith, H. & Ortiz, D. (2002). Is it just me? The different consequences of personal and group relative deprivation. In I. Walker & H. Smith (Eds.), *Relative deprivation: Specification, development, and integration*. Cambridge: University Press.
- Turner, J.C., Hogg, M.A., Oakes, P.J., Reicher, S.D. & Wetherell, M.S. (1987). *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- UN/ECE (2000) Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-

making and Access to Justice in Environmental Matters. *The Aarhus Convention: An Implementation Guide*. Nações Unidas.

Van Stekelenburg & Klandermans, B. (2007). Individuals in movements, a social psychology of contention. In B. Klandermans, & C. Roggeband, (Eds). *Handbook of social movements across disciplines*, Estados Unidos da América: Springer.

Van Zomeren, M., Spears, R. & Postmes, T. (2008). Toward an Integrative Social Identity Model of Collective Action: A Quantitative Research Synthesis of Three Socio-Psychological Perspectives. *Psychologist Bulletin*, 134, 504-535.

Viegas, J. (2010). Associativismo, cidadania e espaço Público. In Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. *Associativismo e Sindicalismo Judiciários*. 51-66.

**X. Anexo**



## Anexo A – Questionário



### Departamento de Psicologia Social e das Organizações

### Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Como é do conhecimento geral, a Estufa-Fria de Lisboa foi encerrada ao público para obras de revitalização.

Dada a centralidade deste espaço na cidade e na vida dos lisboetas, é de extrema importância a auscultação de potenciais parceiros, visitantes e utilizadores do espaço em questão. Assim, a Câmara Municipal de Lisboa (Departamento de Espaços Verdes) juntamente com o Departamento de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL, especificamente no âmbito do Mestrado em Psicologia Social e das Organizações, vêm solicitar a sua colaboração neste processo.

Assim, gostaríamos de lhe pedir que respondesse às perguntas que se seguem, indicando a sua opinião sobre elas.

Relembramos no entanto que o preenchimento deste inquérito é totalmente **voluntário**, podendo desistir a qualquer momento. Também os dados recolhidos são absolutamente **confidenciais**, e serão utilizados para fins estritamente académicos.

**Com estas questões pretendemos saber o seu grau de concordância em relação a algumas afirmações sobre a forma como vive cidade de Lisboa e a Estufa-Fria. Faça, por favor, um círculo à volta do número que escolher.**

1. Sinto orgulho por viver no meu Bairro.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

2. Gosto de viver em Lisboa.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

3. Lisboa foi o local que eu escolhi para viver.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

4. Se pudesse, deixaria de viver em Lisboa.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

5. Eu e as pessoas do meu bairro queremos o mesmo para Lisboa.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

6. As pessoas que vivem em Lisboa têm uma maneira parecida de ver as coisas.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

7. Lisboa precisa de ter pessoas que tenham opiniões de todos os tipos.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

8. Sinto-me um cidadão de Lisboa.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

9. Considero que os espaços verdes da cidade de Lisboa estão bem aproveitados.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

10. Acho que devo participar em iniciativas colectivas que pretendam melhorar a cidade de Lisboa.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

11. Tenciono associar-me ao processo de renovação da Estufa-Fria de Lisboa.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

12. Interesse-me muito pelos espaços verdes do meu Bairro.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

13. Sinto que faço parte do grupo dos cidadãos de Lisboa que tiram proveito dos espaços verdes da cidade.

1                      2                      3                      4                      5  
Discordo muito      Discordo em parte      Não concordo nem discordo      Concordo em parte      Concordo muito

14. Os lisboetas visitam regularmente os espaços verdes que existem na cidade.

1                      2                      3                      4                      5

- |  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
|--|--|-------------------|---------------------------|----------------------------------|----------------|
| 15. Sinto que os cidadãos de Lisboa não conhecem a cidade.   | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 16. Na Estufa-Fria de Lisboa sinto-me num lugar familiar.  | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 17. Faço parte do grupo de visitantes da Estufa-Fria de Lisboa.  | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 18. Considero que a Estufa-Fria de Lisboa é um dos espaços verdes mais importantes da cidade.                                  | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 19. Sinto-me motivado a participar em actividades desenvolvidas na Estufa-Fria de Lisboa.                                      | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 20. Acho que a Estufa-Fria de Lisboa vir a encerrar seria algo muito negativo para a cidade de Lisboa.                         | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 21. Quero participar no processo de renovação da Estufa-Fria de Lisboa em tudo o que puder.                                    | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 22. Os cidadãos de Lisboa irão visitar mais a Estufa-Fria de Lisboa depois da sua revitalização.                               | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Discordo muito   | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte                | Concordo muito |
| 23. Já visitei a Estufa-Fria de Lisboa:  | 1  | 2                 | 3                         | 4                                |                |
|  | Sim, muitas vezes  | Sim, poucas vezes | Sim, uma vez              | Não, Nunca visitei a Estufa Fria |                |
| 24. Visitei a Estufa-Fria de Lisboa (por favor, escolha a opção correcta):   | ___ Nunca ___ Não me recordo. ___ Há mais de um ano. ___ Há menos de um ano  |                   |                           |                                  |                |
| 25. Quando penso na cidade de Lisboa penso na Estufa-Fria de Lisboa:   | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Raramente  | Poucas vezes      | Indiferente               | Muitas vezes                     | Quase sempre   |
| 26. A Estufa-Fria de Lisboa é um lugar que:  | 1  | 2                 | 3                         | 4                                | 5              |
|  | Conheço bem  | Conheço           | Nem bem nem mal           | Conheço pouco                    | Não conheço    |
| 27. A maior parte das vezes que visitei a Estufa-Fria de Lisboa foi (escolha, por favor, todas as opções que forem correctas): | ___ Num passeio com a minha família. <span style="float: right;">___ Com um grupo de amigos.</span><br>___ Com um guia turístico. <span style="float: right;">___ Com o/a namorado/a.</span><br>___ Em visita de estudo com a escola. <span style="float: right;">___ Sozinho/a.</span><br>___ Num grupo organizado. <span style="float: right;">___ Outro. Qual? _____</span> |                   |                           |                                  |                |

**Nos próximos itens pedimos-lhe que nos ajude a caracterizar a Estufa-Fria de Lisboa e a identificar os seus potenciais usos.**

28. Tendo em conta que a Estufa-Fria de Lisboa é constituída por três estufas (fria, quente e doce), **indique com um círculo à volta do número**, o grau de importância que atribui às seguintes dimensões:

- a) Espaço de atracção turística na cidade.
- |                 |                  |                           |            |                  |
|-----------------|------------------|---------------------------|------------|------------------|
| 1               | 2                | 3                         | 4          | 5                |
| Nada importante | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
- b) Espaço educacional (serviços em contexto escolar e cursos de formação).
- |                 |                  |                           |            |                  |
|-----------------|------------------|---------------------------|------------|------------------|
| 1               | 2                | 3                         | 4          | 5                |
| Nada importante | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
- c) Espaço para organização de eventos de empresas particulares e públicas.
- |                 |                  |                           |            |                  |
|-----------------|------------------|---------------------------|------------|------------------|
| 1               | 2                | 3                         | 4          | 5                |
| Nada importante | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
- d) Espaço para os cidadãos de Lisboa visitarem.
- |                 |                  |                           |            |                  |
|-----------------|------------------|---------------------------|------------|------------------|
| 1               | 2                | 3                         | 4          | 5                |
| Nada importante | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
- e) Espaço para desenvolver actividades de lazer dos moradores da zona.
- |                 |                  |                           |            |                  |
|-----------------|------------------|---------------------------|------------|------------------|
| 1               | 2                | 3                         | 4          | 5                |
| Nada importante | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
- f) Espaço-museu da cidade.
- |                 |                  |                           |            |                  |
|-----------------|------------------|---------------------------|------------|------------------|
| 1               | 2                | 3                         | 4          | 5                |
| Nada importante | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |

29. **Indique por favor com uma X** como considera que deveria ser feita a divulgação da Estufa-Fria de Lisboa para o público em geral, de forma a ser eficaz:

Correio electrónico.

Mupis.

Cartazes.

Prospectos.

Publicidade nos órgãos de comunicação social.

Sessões públicas.

Outras: \_\_\_\_\_



32. A informação dada pelas autoridades sobre o que se passa com a Estufa-Fria de Lisboa.
- |                    |              |                                 |            |                  |
|--------------------|--------------|---------------------------------|------------|------------------|
| 1                  | 2            | 3                               | 4          | 5                |
| Muito insatisfeito | Insatisfeito | Nem satisfeito nem insatisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |
33. A atenção dada pelos órgãos de decisão política à Estufa-Fria de Lisboa.
- |                    |              |                                 |            |                  |
|--------------------|--------------|---------------------------------|------------|------------------|
| 1                  | 2            | 3                               | 4          | 5                |
| Muito insatisfeito | Insatisfeito | Nem satisfeito nem insatisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |
34. O esforço dos decisores políticos na divulgação de informação sobre a Estufa-Fria de Lisboa aos cidadãos de Lisboa.
- |                    |              |                                 |            |                  |
|--------------------|--------------|---------------------------------|------------|------------------|
| 1                  | 2            | 3                               | 4          | 5                |
| Muito insatisfeito | Insatisfeito | Nem satisfeito nem insatisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |
35. A proximidade que os decisores políticos estabelecem com os cidadãos de Lisboa:
- |                    |              |                                 |            |                  |
|--------------------|--------------|---------------------------------|------------|------------------|
| 1                  | 2            | 3                               | 4          | 5                |
| Muito insatisfeito | Insatisfeito | Nem satisfeito nem insatisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |
36. A forma como decorreu o processo de decisão relativo à renovação da Estufa-Fria de Lisboa.
- |                    |              |                                 |            |                  |
|--------------------|--------------|---------------------------------|------------|------------------|
| 1                  | 2            | 3                               | 4          | 5                |
| Muito insatisfeito | Insatisfeito | Nem satisfeito nem insatisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |
37. Os esforços que os decisores fazem para que os cidadãos de Lisboa participem nos projectos em espaços verdes da cidade.
- |                    |              |                                 |            |                  |
|--------------------|--------------|---------------------------------|------------|------------------|
| 1                  | 2            | 3                               | 4          | 5                |
| Muito insatisfeito | Insatisfeito | Nem satisfeito nem insatisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |

**Nos próximos itens pedimos-lhe que nos indique o seu grau de concordância relativamente às situações que são descritas a seguir. Faça, por favor, um círculo à volta do número que escolher.**

38. Processos em que mais gente participa são processos mais eficazes.
- |                |                   |                           |                   |                |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1              | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
| Discordo muito | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
39. É importante que as pessoas se sintam envolvidas nos processos de decisão das suas cidades.
- |                |                   |                           |                   |                |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1              | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
| Discordo muito | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
40. Quanto mais eu me envolver pessoalmente nas decisões sobre o futuro da Estufa-Fria de Lisboa, melhor será o resultado final.
- |                |                   |                           |                   |                |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1              | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
| Discordo muito | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
41. Os decisores políticos devem chamar os habitantes de Lisboa a decidir sobre o rumo da cidade.
- |                |                   |                           |                   |                |
|----------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1              | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
| Discordo muito | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
42. Não faz diferença que eu me envolva nos processos de tomada de decisão sobre a cidade de Lisboa.
- |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

- |     |   |                   |                           |                   |                |
|-----|---|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
|     | Discordo muito  | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
| 43. | Teremos uma Estufa-Fria melhor se os políticos ouvirem mais os habitantes da cidade.  |                   |                           |                   |                |
|     | 1   | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
|     | Discordo muito  | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
| 44. | Acredito que o sucesso da renovação da Estufa-Fria de Lisboa precisa do contributo de todos os cidadãos de Lisboa.                    |                   |                           |                   |                |
|     | 1   | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
|     | Discordo muito  | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
| 45. | O afastamento dos cidadãos de Lisboa dos processos de decisão política que dizem respeito à cidade dá piores resultados.              |                   |                           |                   |                |
|     | 1   | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
|     | Discordo muito  | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
| 46. | A eficácia do processo de decisão política na questão da revitalização da Estufa-Fria de Lisboa.                                      |                   |                           |                   |                |
|     | 1   | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
|     | Discordo muito  | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |
| 47. | No processo de revitalização da Estufa-Fria de Lisboa, quanto maior for o envolvimento dos habitantes, melhor será o resultado final. |                   |                           |                   |                |
|     | 1   | 2                 | 3                         | 4                 | 5              |
|     | Discordo muito  | Discordo em parte | Não concordo nem discordo | Concordo em parte | Concordo muito |

**De seguida encontra uma lista de potenciais utilizadores/visitantes da Estufa-Fria de Lisboa, indique o grau de importância que atribui à opinião de cada um deles:**

- |     |   |                  |                           |            |                  |
|-----|---|------------------|---------------------------|------------|------------------|
| 48. | Os cidadãos de Lisboa em geral.                                   |                  |                           |            |                  |
|     | 1   | 2                | 3                         | 4          | 5                |
|     | Nada importante   | Pouco importante |                           | Importante | Muito Importante |
| 49. | Os agentes turísticos que promovem o turismo na cidade de Lisboa. |                  |                           |            |                  |
|     | 1   | 2                | 3                         | 4          | 5                |
|     | Nada importante   | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
| 50. | Os turistas que visitam a cidade.                                 |                  |                           |            |                  |
|     | 1   | 2                | 3                         | 4          | 5                |
|     | Nada importante   | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
| 51. | As empresas que utilizam o espaço para eventos.                   |                  |                           |            |                  |
|     | 1   | 2                | 3                         | 4          | 5                |
|     | Nada importante   | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
| 52. | Os moradores dos bairros envolventes.                             |                  |                           |            |                  |
|     | 1   | 2                | 3                         | 4          | 5                |
|     | Nada importante   | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
| 53. | Os trabalhadores da Estufa-Fria de Lisboa.                        |                  |                           |            |                  |
|     | 1   | 2                | 3                         | 4          | 5                |
|     | Nada importante   | Pouco importante | Nem concordo nem discordo | Importante | Muito Importante |
| 54. | Os docentes que vão em visitas de estudo.                         |                  |                           |            |                  |
|     | 1   | 2                | 3                         | 4          | 5                |

55.	Nada importante	Pouco importante	Nem concordo nem discordo	Importante	Muito Importante
	As crianças que vão em visitas de estudo.				
	1	2	3	4	5
	Nada importante	Pouco importante	Nem concordo nem discordo	Importante	Muito Importante

**Para terminar esta parte do inquérito, gostaríamos que nos dissesse com palavras suas e de forma sucinta, o que entende por Participação Pública:**

---

---

---

---



**Sobre si:**

Sexo: \_ Feminino \_ Masculino

Idade:

Por favor diga-nos quais são a(s) opção(s) correcta(s):

	Sim	Não
Vivo em Lisboa		
Estudo em Lisboa		
Trabalho em Lisboa		

A. Se vive em Lisboa, indique por favor a sua freguesia de residência:

---

B. Se não vive em Lisboa, indique por favor a sua área de residência:

---

Em política, as pessoas falam de esquerda e direita. Como se situaria, quanto às suas posições políticas, nesta escala, em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita? (Assinale, por favor, com um círculo à volta do número)

esquerda 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 direita

Fala-se muito nos objectivos que Portugal deverá alcançar nos próximos dez anos. Assinale, por favor, o grau de importância que atribui a cada um:

A. Manter a ordem no país.

1 2 3 4 5  
 Nada importante Pouco importante Nem concordo nem discordo Importante Muito Importante

B. Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do governo.

1 2 3 4 5  
 Nada importante Pouco importante Nem concordo nem discordo Importante Muito Importante

C. Combater os aumentos dos preços.

1 2 3 4 5  
 Nada importante Pouco importante Nem concordo nem discordo Importante Muito Importante

D. Defender a liberdade de expressão.

1 2 3 4 5  
 Nada importante Pouco importante Nem concordo nem discordo Importante Muito Importante

E. Proteger o ambiente e a natureza.

1 2 3 4 5  
 Nada importante Pouco importante Nem concordo nem discordo Importante Muito Importante

F. Aumentar a qualidade de vida nas cidades.

1 2 3 4 5  
 Nada importante Pouco importante Nem concordo nem discordo Importante Muito Importante

G. Participar na vida pública para além das eleições.

1 2 3 4 5  
 Nada importante Pouco importante Nem concordo nem discordo Importante Muito Importante

**Muito obrigada pela sua colaboração!**

## Curriculum Vitae

### Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s)	Tavares Peralta Couto dos Santos, Margarida
Morada(s)	Avenida Emilia, nº 39, São João do Estoril, 2765-480, Estoril, Portugal
Telefone(s)	(00351) 21 468 67 86 (00351) 96836 27 38
Correio(s) electrónico(s)	Margarida_tpc@yahoo.co.uk
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	23-07-1985
Sexo	Feminino

### Experiência Profissional

Estagiária do CIS - Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2005 a 2008)

### Educação e Formação

Datas	De Setembro de 2005 a Junho de 2008
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Psicologia
Tipo da organização de ensino ou formação	Departamento de Psicologia Social e das Organizações Ala Autónoma, Sala 119 ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Av. das Forças Armadas 1649-026 Lisboa, Portugal
Segundo a classificação nacional ou internacional	1º Ciclo do Mestrado Integrado em Psicologia Social e das Organizações

### Aptidões e Competências Pessoais

Língua (s) materna (s)	Português
------------------------	-----------

Outra (s) língua (s)  
Auto-avaliação  
Nível europeu (\*)

**Inglês**

**Francês**

**Espanhol**

Compreensão				Conversaço				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	C1	Utilizador experiente
C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente
C1	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente

(\*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

**Aptidões e  
competências sociais**

- Desempenho do cargo de Delegada de Turma desde o ano lectivo 2005/2006 até ao ano lectivo de 2007/2008
- Membro efectivo do Conselho Pedagógico do ISCTE durante o mandato de 2006/2008
- Acções de voluntariado na Associação *Abraço* (2006)
- Participação no Fórum Social Europeu de Atenas (2006)
- Envolvimento no movimento associativo estudantil do Ensino Superior, através da fundação (2005) dum grupo de mobilização de estudantes (Grupo d'Acção Estudantil do ISCTE)
- Trabalho de animadora de eventos na empresa *Excalibur – Marketing de Eventos* (2002)

**Aptidões e  
competências de organização**

- Participação no Fórum Social Europeu de Atenas (2006)
- Envolvimento no movimento associativo estudantil do Ensino Superior, através da fundação (2005) dum grupo de mobilização de estudantes (Grupo d'Acção Estudantil do ISCTE)

**Aptidões e  
competências técnicas**

- Frequência do 1º ano do Mestrado em Psicologia Social e das Organizações na Universidade Paris X (Nanterre), ao abrigo do Programa Erasmus (2008/2009)
- Frequência de dois cursos de Francês, escrita nível 2 e

	<p>nível 3, promovidos pelo FETE na Universidade Paris X (Nanterre) – duração de 1 semestre cada (2008/2009)</p> <p>-Frequência do curso de formação <i>Psicologia &amp; Justiça: Intervir com Agentes de Crimes</i> (30 horas) (2007) do Centro de Formação e Investigação em Psicologia</p> <p>-Frequência de dois Ateliers de Escrita no CLL Centros de Línguas (Bruxelas) – duração de 15 horas cada atelier (2005)</p> <p>-Frequência dum curso de Francês para estudantes internacionais da Universidade Católica de Louvain-la-Neuve no CLL - Centros de Línguas (Bélgica) – modelo semestral (42 horas) (2004/2005)</p> <p>-Frequência do 1º ano de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, Bélgica (2004/2005)</p> <p>-Frequência de aulas particulares no Instituto Espanhol de Línguas com vista à preparação do exame <i>Selectividad</i> (2004)</p> <p>-Frequência do curso especial destinado à preparação da Prova de Acesso à Universidade para alunos com Estudos Estrangeiros <i>Selectividad</i> (Língua Espanhola) do Instituto Cervantes (2003/2004)</p> <p>-Frequência do 1º ano do curso de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (2003/2004)</p> <p>-First Certificate In English + Lower Advanced, pelo British Council, Cascais (2003)</p> <p>-Frequência de um curso de Inglês, em Sevenoaks, no Reino Unido, com a duração de 2 semanas, integrado num programa de cursos de línguas da <i>Multiway</i> (2002)</p>
<p><b>Aptidões e competências</b> <b>Informáticas</b></p>	<p>Conhecimentos de Informática na óptica do utilizador – Ambiente Windows/Microsoft Office e SPSS (Estatística e Análise de Dados)</p>
<p><b>Carta de condução</b></p>	<p>Carta de Veículos Ligeiros (B)</p>
<p><b>Informação adicional</b></p>	<p>-Co-autoria numa Comunicação para o III Congresso Feminista Português (2008): <i>Como se faz um/a feminista? Significados e termos usados sobre as feministas e dos feminismos em estudantes universitárias/os</i></p>

